

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Com a confiança de sua administração e a força de seus mais de 22 mil colaboradores, a CSN vem há sete décadas construindo a história da indústria brasileira. A Companhia traz em seu DNA a marca do desenvolvimento desde sua criação como a primeira siderúrgica integrada do país, em Volta Redonda (RJ), essencial para a instalação do parque fabril nacional.

Nos últimos anos a CSN vem investindo continuamente na expansão e diversificação de seus negócios, de forma sustentável, criando empregos e gerando progresso e impostos que beneficiam milhões de brasileiros. Desde 2010 foram investidos mais de R\$ 16 bilhões, principalmente nos segmentos de siderurgia, mineração, cimento e infraestrutura. São ações concretas que ajudam a construir um país mais justo e desenvolvido, sempre com respeito ao meio ambiente e às comunidades.

Da diversidade vem a nossa força. Aproveitando as sinergias existentes, atuamos de forma integrada em cinco setores da economia: Siderurgia, Mineração, Logística, Cimento e Energia. Exploramos nossas fronteiras para além-mar, operando também nos Estados Unidos, Alemanha e Portugal.

Num processo competitivo global, soluções criativas e uma capacidade de reinvenção permanente são fundamentais para o desenvolvimento das empresas. Em momentos desafiadores como os que vivemos no país e no mundo, estamos mostrando nossas principais características: força, determinação e uma capacidade permanente de inovação.

Desafios nos motivam. Vamos dar continuidade à história da qual somos pioneiros e construtores de um futuro cada vez melhor.

Benjamin Steinbruch

Presidente do Conselho de Administração

2. A EMPRESA

Com negócios em siderurgia, mineração, cimento, logística e energia, a CSN atua de forma integrada em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro, até a produção e comercialização de uma diversificada linha de produtos siderúrgicos de alto valor agregado. O sistema integrado de produção, aliado à qualidade de gestão, faz com que a CSN tenha um dos mais baixos custos de produção da siderurgia mundial.

Em 2014 o volume de aço comercializado pela CSN atingiu de 5,2 milhões de toneladas. Desse total 72% foi vendido no mercado interno e 28% exportado e vendido através das subsidiárias no exterior.

A mina própria de Casa de Pedra, localizada no município de Congonhas, em Minas Gerais, abastece a CSN com minério de ferro de alta qualidade, fundamental à produção siderúrgica. A capacidade de produção anual da mina de Casa de Pedra é de 26 milhões de toneladas, sendo 21 milhões de toneladas da planta central e 5 milhões de toneladas das plantas móveis.

A partir de 2007 a CSN e sua controlada em conjunto NAMISA comercializam minério de ferro no mercado transoceânico. A CSN administra ainda dois terminais portuários em Itaguaí (RJ), o Tecar, por onde é embarcado o minério de ferro para o mercado transoceânico e o terminal de contêineres (Sepetiba Tecon). Com a mina de Casa de Pedra, a CSN vem firmando sua posição no mercado transoceânico de minério de ferro, sendo, em conjunto com a NAMISA, o segundo maior produtor nacional. As exportações de minério de ferro são destinadas principalmente à Ásia, Europa e Oriente Médio.

A complementaridade da indústria cimenteira com a siderurgia levou a CSN a ingressar no mercado de cimento, agregando valor à escória gerada em sua produção de siderúrgica.

Além do suprimento de calcário para a produção de aço na Usina Presidente Vargas, a mina de Arcos, em Minas Gerais, passou a fornecer a partir de 2011, calcário não siderúrgico para a produção de clínquer, uma das principais matérias-primas utilizadas na fabricação de cimento, demonstrando assim integração entre suas atividades.

A CSN é um dos maiores consumidores industriais de energia elétrica do país, dispo de diversos ativos de geração de energia elétrica que lhe garantem autossuficiência. Para assegurar o suprimento de energia necessário à expansão de seus negócios, a CSN vem investindo na expansão da capacidade de geração de energia. Assim, em 2014 foi concluída a instalação de uma turbina de topo com capacidade de 21 MW, no Alto Forno 3 da Usina Presidente Vargas, elevando a capacidade de geração para 446 MW.

3. PERSPECTIVAS, ESTRATÉGIAS E INVESTIMENTOS

Dentro dos cinco segmentos em que atua de forma integrada, a CSN vem investindo na modernização de suas unidades e na expansão de sua capacidade de produção, buscando maximizar o retorno aos seus acionistas. Além dos investimentos em projetos de crescimento orgânico, a Companhia analisa oportunidades de aquisição e aliança estratégica no Brasil e no exterior.

3.1 SIDERURGIA

A Usina Presidente Vargas em Volta Redonda é a principal unidade de produção siderúrgica da CSN, com uma capacidade instalada de produção de 5,6 milhões de toneladas de aço bruto. No ano de 2014, a usina produziu 4,5 milhões de toneladas de aço bruto, enquanto a produção de laminados atingiu 4,3 milhões de toneladas.

A CSN vem trabalhando na diversificação de suas atividades siderúrgicas, com a entrada no segmento de aços longos, inaugurando uma unidade de produção de vergalhões e fios-máquina em Volta Redonda, com capacidade instalada de produção de 500 mil toneladas anuais. Em 2014, foram produzidas nesta planta 90 mil toneladas de produtos destinados principalmente à indústria de construção.

A Companhia conta ainda com três subsidiárias no exterior: a CSN LLC, instalada em Terre Haute, no Estado de Indiana, nos EUA, que atua no segmento de aços planos, com unidades de laminação a frio e galvanização; a Lusosider, em Paio Pires, Portugal, que produz laminados planos, a frio e galvanizados, e a SWT, localizada em Unterwellenborn, na Alemanha, com capacidade de produção de 1 milhão de toneladas anuais de perfis de aço destinados à construção civil e industrial.

3.2 MINERAÇÃO

A CSN está posicionada como a segunda maior exportadora de minério de ferro do Brasil. Considerando a totalidade das vendas de produtos acabados de minério de ferro da mina de Casa de Pedra e da NAMISA, a CSN comercializou em 2014 cerca de 29 milhões de toneladas, 13% superior ao volume comercializado em 2013.

Além disso, a Companhia produziu e destinou ao consumo próprio 6 milhões de toneladas de minério de ferro.

Em uma primeira fase, a CSN está investindo para ampliar sua capacidade de produção em Casa de Pedra para 40 milhões de toneladas anuais. Por sua vez o Tecar embarcou cerca de 33 milhões de toneladas em 2014, um acréscimo de 14% sobre o volume embarcado em 2013.

3.3 CIMENTO

Com a implantação em 2009 de sua primeira planta de moagem de cimento em Volta Redonda, com capacidade de 2,4 milhões de toneladas por ano, a CSN produziu e comercializou em 2014 cerca de 2,2 milhões de toneladas de cimento. A Companhia vem investindo na expansão de sua capacidade de produção para 5,4 milhões de toneladas anuais de cimento. Esse volume adicional de 3,0 milhões de toneladas será obtido por meio da instalação de uma planta integrada com moimho de cimento e um novo forno de clínquer em Arcos, utilizando calcário da própria mina.

3.4 LOGÍSTICA

Portos

O Sepetiba Tecon, administrado pela CSN, é um porto concentrador de cargas (Hub Port), posicionado como o maior terminal de contêineres do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil em seu segmento. Para a expansão do Sepetiba Tecon, foram realizados investimentos em infraestrutura, com aquisição de novos equipamentos, bem como a equalização do berço 301. Esta expansão transformou o Berço 301 em um cais contínuo, permitindo operação simultânea de navios de grande porte, elevando sua capacidade para mais de 600.000 TEUs (1) anuais.

(1) TEU (*Twenty Foot Equivalent Unit*) - unidade de transporte equivalente ao tamanho padrão de contêiner intermodal de 20 pés

Ferrovias

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: a MRS Logística, Transnordestina Logística S.A. e FTL (Ferrovia Transnordestina Logística):

MRS

A CSN possui, direta e indiretamente, 33,27% do capital votante da MRS Logística, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte. Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias primas como minério de ferro, coque e carvão consumidos pela Usina Presidente Vargas. Além disso, a ferrovia é responsável por transportar todo o minério de ferro exportado e parte do aço e cimento produzidos pela CSN.

Transnordestina Logística S.A. (TLSA)

A TLSA, com o apoio do Governo Federal, está construindo a ferrovia Nova Transnordestina, com extensão de 1.728 km, que interligará o terminal ferroviário em Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando por diversas cidades nos estados do Piauí, Pernambuco e Ceará. A capacidade de operação projetada da ferrovia será de 30 milhões de toneladas/ano, devendo exercer importante papel no desenvolvimento da região Nordeste, criando uma opção logística para o desenvolvimento econômico local, principalmente nos setores de óleo e derivados, agricultura e mineração, entre outros. Em 31/12/2014 a participação da CSN na TLSA era de 62,6%.

Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL)

A CSN detém participação de 88,41% na FTL, operadora da antiga malha nordeste da RFFSA, que percorre sete estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com extensão total de 4.534 km e capacidade atual de transporte de cerca de dois milhões de toneladas/ano, com destaque para o transporte de combustível, cimento, alumínio e minério, entre outros.

4. PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS

Reestruturação Societária em Controladas Indiretas

Em 2014, a Companhia Metalúrgica Prada adquiriu a totalidade das ações da Companhia Brasileira de Latas ("CBL"), passando a deter 100% do seu capital social. No mesmo ano a CBL passou por uma reestruturação societária, envolvendo a incorporação de três de suas controladas indiretas: Empresa de Embalagens Metálicas LBM Ltda., Empresa de Embalagens Metálicas MUD Ltda. e Companhia de Embalagens Metálicas MTM do Nordeste.

Tal reestruturação resultou em um aumento de eficiência gerencial, com a redução das despesas de natureza administrativa e financeira, concentrando em uma única estrutura organizacional todas as atividades das sociedades envolvidas.

Constituição de Empresas Controladas

Visando uma maior proximidade de seus clientes no mercado asiático, a CSN constituiu em 2014 as empresas CSN Asia Limited e Namisa Asia Limited, ambas com sede em Hong Kong e controladas indiretamente pela Companhia, firmando cada vez mais sua participação como importante *player* no mercado transoceânico de minério de ferro.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Relações com Investidores

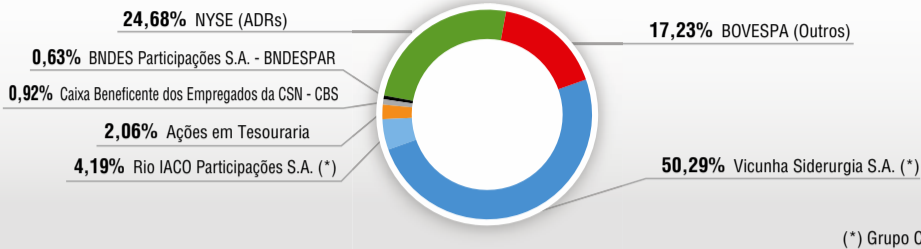
A CSN continua ampliando sua comunicação com o mercado financeiro, visando aumentar a exposição da Companhia por meio de novas coberturas de instituições financeiras. Nesse sentido, a Companhia realizou em 2014 cerca de 230 reuniões e *Conference Calls*, com mais de 400 analistas e investidores.

Capital Social

O capital social da CSN é dividido em 1.387.524.047 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal, sendo que cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

Controlada pela Vicunha Siderurgia S.A. e pela Rio Iaco Participações S.A., que detêm respectivamente 50,29% e 4,19% do capital total da CSN, a administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

CSN - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2014 (%)

**Assembleia Geral de Acionistas**

Uma vez por ano, conforme estabelece a legislação, a Assembleia Geral de Acionistas, órgão soberano, reúne-se para deliberar, entre outras matérias, sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, as contas apresentadas pelos administradores, demonstrações financeiras, destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos. Sempre que necessário, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para deliberar sobre matérias que não são de sua competência ordinária.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por até 11 membros, que se reúnem ordinariamente nas datas previstas no calendário anual por ele aprovado e, extraordinariamente, sempre que necessário. O mandato dos Conselheiros é de um ano, com possibilidade de reeleição. Atualmente o Conselho de Administração é composto por seis membros.

O papel do Conselho de Administração consiste, entre outras atribuições, em definir e acompanhar as políticas e estratégias da Companhia, acompanhar os atos da Diretoria Executiva e decidir sobre assuntos relevantes envolvendo os negócios e operações da CSN. O Conselho de Administração é responsável pela eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva podendo, se necessário, criar comitês especiais de assessoramento para auxílio na execução de suas atividades.

Diretoria Executiva

Atualmente composta por cinco Diretores Executivos, sendo um deles o Diretor Presidente, a Diretoria Executiva, observadas as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, possui os poderes de administração e gestão dos negócios sociais da Companhia. Os membros da Diretoria Executiva se reúnem sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores Executivos, ficando a cargo de cada Diretor Executivo a condução das operações pertinentes à sua área de atuação. O mandato dos Diretores Executivos é de dois anos, permitida a reeleição.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria tem autonomia para a tomada de decisões no que se refere às disposições da Lei Sarbanes-Oxley - Seções 301 e 407. Algumas de suas atribuições principais são: avaliar, considerar e recomendar ao Conselho de Administração a indicação, remuneração e contratação de auditor externo, bem como acompanhar a atuação das auditorias interna e externa. Com relação à contratação de auditores externos, são adotados procedimentos visando assegurar que não ocorram conflitos de interesse, dependência ou perda de objetividade do auditor no seu relacionamento com a Companhia.

Auditoria Interna

A CSN dispõe de Auditoria Interna, com atuação independente dentro da Organização, que assessora e relata fatos relevantes ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva. Cabe ainda à auditoria interna analisar a correta aplicação de recursos e prevenção de riscos ao patrimônio das empresas do grupo CSN, provendo apoio ao cumprimento dos resultados planejados, com aprimoramento dos processos e controles internos, para melhoria do desempenho financeiro e operacional das empresas, bem como para prevenir riscos de perdas, fraudes e, consequentemente, o comprometimento da imagem corporativa. A CSN disponibiliza canais de comunicação que permitem a funcionários, clientes, fornecedores e terceiros, denunciarem atos ilícitos ou transgressões contra a Companhia que possam afetar suas demonstrações financeiras.

Auditores independentes

Os auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, que em 2014 prestaram serviços à CSN e suas controladas, foram contratados para serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras. É entendimento, tanto da Companhia, quanto dos seus auditores independentes, que tais serviços não afetam a independência dos auditores.

Honorários de auditoria

Referem-se à auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisão de relatórios trimestrais da Companhia.

Honorários relacionados à auditoria

Referem-se à elaboração e emissão de "cartas de conforto" relacionadas à proposta de emissão de títulos por subsidiárias da Companhia no exterior e processos de "due diligence".

Valores referentes aos serviços prestados pelos auditores

	(R\$ mil)
Honorários de auditoria	3.527
Honorários relacionados à auditoria	3.882
Total	7.409

Os serviços prestados pelos auditores externos, adicionalmente ao exame das demonstrações financeiras, são previamente apresentados ao Comitê de Auditoria para que se conclua, de acordo com a legislação pertinente, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes.

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria Executiva declarou em 4 de março de 2015 que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Lei Sarbanes-Oxley

A Companhia possui em sua estrutura a Gerência de Riscos Corporativos, que tem como principais atribuições mapear e avaliar, em conjunto com os gestores dos processos, os controles internos necessários para mitigar riscos inerentes às operações da Companhia, que possam impactar suas demonstrações financeiras, bem como assegurar a aderência às leis, regulamentações e políticas internas por meio da estrutura de controles internos existente. Adicionalmente, tem como responsabilidade reportar o resultado desta avaliação à alta administração e ao Comitê de Auditoria, além de acompanhar os planos de ação elaborados para remediar quaisquer deficiências identificadas nos processos.

A Diretoria de Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração da Companhia, também é responsável pelo monitoramento dos controles internos, por meio da realização de testes independentes.

A Companhia está na fase final da certificação de seus controles internos relativos às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2014, em atendimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX).

Em 2014, foram realizados testes para avaliar a eficácia dos controles internos da CSN, Namisa, CSN Cimentos, Transnordestina Logística S.A. e Stahlwerk Thuringen GmbH - SWT, empresas consideradas relevantes para a certificação da SOX.

Código de Ética

As empresas CSN dispõem de um Código de Ética com o objetivo de estabelecer diretrizes que orientem a conduta pessoal e profissional esperada nas relações mantidas com colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores, comunidades, concorrentes e com o meio ambiente.

O código é entregue aos empregados na ocasião do treinamento de integração corporativa e é utilizado como declaração de conduta na empresa e dos compromissos assumidos. Suas diretrizes são públicas e podem ser encontradas no *website* da CSN, no endereço www.csn.com.br.

Um dos aspectos tratados no Código de Ética, desde sua criação, é a orientação sobre "**Negócios com Ações da Empresa**", com base na Instrução CVM 358/2002.

Divulgação de Atos e Fatos Relevantes

A CSN tem Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, que determina que toda divulgação seja feita com dados fidedignos, adequados e transparentes, nos prazos previstos e com homogeneidade, conforme estabelecido pela Instrução CVM 358/2002, atendendo também à seção 409 - Divulgação em Tempo Real, da Sox. Todo Ato ou Fato Relevante é divulgado nos mercados em que as ações da empresa estão listadas, brasileiro e norte-americano.

6. INOVAÇÃO

Visando atender novas demandas do mercado e expectativas de seus clientes, a CSN investe continuamente na pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, sendo que em 2014 destacam-se:

- Aços planos de alta resistência, principalmente os do tipo bifásico para carrocerias de automóveis, com crescente demanda devido ao programa "Inovar-Auto" do Governo Brasileiro;
- Aços planos galvanizados para estampagem a quente PHS (*Press Hardenable Steels*), voltados para o mercado automotivo;
- Aços longos IF (*Interstitial Free*) para fio máquina de aplicações especiais.

Em 2014 destaca-se ainda a consolidação de alguns produtos desenvolvidos pela CSN, como os aços galvanizados de alta resistência para o setor de construção, as folhas de aço especialmente desenvolvidas para embalagens de aerossóis, além da certificação de toda a linha de vergalhões da unidade de produção de aços longos em Volta Redonda.

7. PESSOAS

O modelo de gestão de Recursos Humanos da CSN se baseia em cinco pilares: Atrair; Alinhar e Engajar; Avaliar; Desenvolver; Reconhecer e Recompensar, visando nos projetos de desenvolvimento e qualificação profissional, de forma a contribuir para o crescimento das pessoas e da organização. A CSN encerrou 2014 com cerca de 22 mil colaboradores e taxa de rotatividade em torno de 15%, uma das mais baixas no setor industrial.

Em 2014 foram consolidados uma série de programas de desenvolvimento gerencial, como a Escola de Líderes, com participação de cerca de 1.300 gestores, tendo como público alvo diretores; gerentes gerais, gerentes, coordenadores e supervisores.

A Companhia investe ainda em programas de capacitação voltado para jovens, que contou em 2014 com a participação de 500 estagiários e 645 jovens aprendizes, além do programa "Capacitar", destinado a jovens entre 18 e 24 anos que concluíram o Ensino Médio, que atraiu 224 participantes.

A CSN investe continuamente na capacitação de seus colaboradores, estimulando o desenvolvimento de diferenciais competitivos, concedendo bolsas de estudos para cursos de graduação, MBA, pós-graduação e especialização.

Para suportar a continuidade e expansão de seus negócios, a CSN vem investindo em programas de avaliação, identificação e desenvolvimento de potenciais gestores, formando continuamente novas lideranças alinhadas à cultura e às estratégias da organização.

8. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Os projetos de responsabilidade social da CSN têm por objetivo valorizar o potencial das pessoas e das regiões onde a Companhia atua, buscando a parceria com o poder público e a sociedade civil. Em 2014, foram investidos R\$ 22 milhões nas áreas de educação, cultura, esporte e saúde, por meio de iniciativas da Fundação CSN e projetos desenvolvidos por instituições externas, apoiadas por incentivos fiscais.

As ações da Fundação CSN em cultura e educação estão presentes no Projeto Garoto Cidadão, que proporciona atividades socioculturais a 2.400 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

A Fundação CSN mantém duas escolas técnicas em Volta Redonda e Congonhas, que atenderam mais de 1.300 alunos em 2014, com 335 bolsas de estudos. Paralelamente, o Hotel-Escola Bela Vista em Volta Redonda oferece anualmente 176 vagas para cursos de hotelaria, proporcionando qualificação profissional em diversas áreas.



CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Entre as iniciativas patrocinadas pela CSN, destacam-se a série para TV "Brasil Rico", a exposição e livro "Grafito: Labirintos do Olhar", o "Memorial da Imigração Judaica", além dos projetos esportivos direcionados a jovens atendidos pelos Institutos Olka Kófs, Passe de Mágica e Lance Livre. A CSN patrocinou ainda projetos nos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, nos Programas Nacionais de Apoio à Atenção Oncológica e de Apoio e Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS e PRONON) e Fundo do Idoso, além de iniciativas do GRAACC, AACD, Sociedade Brasileira Israelita Albert Einstein, Hospital do Câncer de Barretos-SP, ACTC e Instituto Fazendo História.

9. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Com o compromisso de desenvolver suas operações de forma sustentável, a CSN investe continuamente na gestão ambiental e no relacionamento com as comunidades das regiões onde atua. A Companhia conta com um sistema de gestão ambiental certificado pela Norma ISO 14001 na maior parte de suas unidades, mantendo um canal aberto ao público interno e externo, por meio da Linha Verde. Todos os controles ambientais são auditados para atender a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), contribuindo para atenuar os riscos ambientais das operações da Companhia.

Evidenciando o compromisso de constante gestão de seus passivos ambientais de áreas industriais, bem como recuperação de áreas degradadas pela atividade de mineração, a Companhia promove a reabilitação ambiental por meio de inovações tecnológicas e técnicas consagradas, sempre em conformidade com a legislação pertinente.

Em 2014 destacam-se os processos de licenciamento ambiental para a ampliação da mina de Casa de Pedra, TECAR e Transnordestina Logística S.A. A CSN também desenvolve projetos de educação ambiental e de resgate do patrimônio histórico e natural, com destaque para as unidades de Arcos, Casa de Pedra, NAMISA e T.L.S.A.

A CSN vem realizando o inventário das emissões de gases de efeito estufa, seguindo as diretrizes do GHG Protocol visando subsidiar o desenvolvimento de uma estratégia de gestão de carbono, mitigação de riscos e de adaptação às mudanças climáticas. Com o potencial risco de escassez de recursos hídricos, principalmente na região Sudeste, a CSN vem dando continuidade a diversas ações para aumentar a eficiência no uso da água em seus processos produtivos, com destaque para o índice de reuso de água superior a 90% na Usina Presidente Vargas - UPV. Além disso a Companhia participa do Carbon Disclosure Project (CDP), reportando aspectos relacionados à gestão de gases do efeito estufa na Usina Presidente Vargas - UPV, do Fórum Clima do Instituto Ethos, organizado pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social, e dos grupos de trabalho do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVes), que desenvolve estratégias, políticas e ferramentas de gestão pública e empresarial para a sustentabilidade, em âmbito local, nacional e internacional.

Finalmente, a CSN vem desenvolvendo um mapeamento constante de stakeholders e de indicadores nos temas ambientais, sociais e econômicos para todas as suas operações, conforme diretrizes do Global Report Initiative (GRI) permitindo conhecer de forma objetiva seu desempenho e fortalecendo assim sua estratégia de sustentabilidade.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Oitava Emissão de Debêntures

Em janeiro de 2015, a Companhia emitiu 10.000 debêntures, em série de crédito, quirografárias e não conversíveis, ao valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 100.000, com juros remuneratórios de 113,70% a.a. do SCDI Cetip, com vencimento final em janeiro de 2022 e opção de resgate antecipado.

Aquisição Facultativa Parcial da Sexta Emissão de Debêntures

Em janeiro de 2015, a Companhia realizou aquisições facultativas de debêntures da 1ª série de sua Sexta Emissão, totalizando a aquisição facultativa de 60.000 de debêntures, pelo seu valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios acumulados, desde a última data de pagamento de juros até a data da respectiva aquisição facultativa.

11. DECLARAÇÕES SOBRE PROJEÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Este documento contém projeções e afirmações sobre o futuro que expressam ou sugerem expectativas de resultados, desempenho ou eventos. Os resultados, desempenho e eventos reais podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos pelas afirmações sobre o futuro em função de vários fatores, tais como: condições gerais e econômicas do Brasil e de outros países, taxas de juros e câmbio, renegociações futuras e pagamento antecipado de obrigações ou créditos em moeda estrangeira, medidas protecionistas no Brasil, EUA e outros países, mudanças em leis e regulamentos e fatores competitivos em geral, em escala regional, nacional ou global.

As informações financeiras da CSN aqui apresentadas estão de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.686.021	9.995.672	3.146.393	206.624
Contas a receber	4	1.753.056	2.522.465	1.604.498	1.592.704
Estoque	5	4.122.122	3.160.985	3.036.799	2.459.230
Outros ativos circulantes	6	1.374.303	722.920	905.131	395.616
Total do Ativo Circulante		15.935.502	16.402.042	8.692.821	5.054.174
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Aplicações financeiras		34.874	30.756		
Tributos diferidos	13	2.616.058	2.770.527	2.438.929	2.612.998
Outros ativos não circulantes	6	947.420	1.835.325	1.070.378	1.521.848
Total		3.598.352	4.636.608	3.509.307	4.134.846
Investimentos					
Imobilizado	8	13.665.453	13.487.023	24.199.129	27.005.592
Intangível	9	943.853	965.440	88.916	76.469
Total do Ativo não Circulante		33.831.598	34.000.497	40.906.646	43.635.002
TOTAL DO ATIVO		49.767.100	50.402.539	49.599.467	48.689.176

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante					
Obrigações sociais e trabalhistas		219.740	208.921	165.718	159.892
Fornecedores		1.638.505	1.102.037	1.390.311	926.935
Obrigações fiscais		318.675	304.095	86.920	150.066
Empréstimos e financiamentos	10	2.790.524	2.642.807	2.720.235	3.854.694
Outras obrigações	12	845.109	972.851	803.597	1.138.956
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	15	550.385	333.519	463.584	273.246
Total do Passivo Circulante		6.362.938	5.564.230	5.630.365	6.503.789
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	27.092.855	25.103.623	26.369.912	21.394.660
Outras obrigações	12	9.315.363	10.061.571	9.818.512	10.173.732
Tributos diferidos	13	238.892	268.833		
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	15	195.783	479.664	174.649	438.114
Plano de pensão e saúde	25	587.755	485.105	587.740	485.084
Provisões para passivos ambientais e desativação	16	238.539	370.454	233.262	365.716
Provisão para perdas em investimentos	7			1.088.559	1.231.511
Total do Passivo não Circulante		37.669.187	36.769.250	38.272.634	34.088.817
Patrimônio Líquido	18				
Capital social integralizado		4.540.000	4.540.000	4.540.000	4.540.000
Reservas de capital		30	30	30	30
Reservas de lucros		1.131.298	2.839.568	1.131.298	2.839.568
Outros resultados abrangentes		25.140	716.972	25.140	716.972
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		5.696.468	8.096.570	5.696.468	8.096.570
Participação acionistas não controladores		38.507	(27.511)		
Total do Patrimônio Líquido		5.734.975	8.069.059	5.696.468	8.096.570
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		49.767.100	50.402.539	49.599.467	48.689.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto o (prejuízo)/lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita Líquida	20	16.126.232	17.312.432	13.165.514	13.929.433
Custo dos produtos e serviços vendidos	21	(11.592.382)	(12.422.706)	(9.159.454)	(9.906.380)
Lucro Bruto		4.533.850	4.889.726	4.006.060	4.023.053
Receitas (Despesas) Operacionais		(1.715.837)	(1.769.972)	(205.248)	632.120
Despesas com vendas	21	(1.041.975)	(874.875)	(455.525)	(503.514)
Despesas gerais e administrativas	21	(438.383)	(485.090)	(359.959)	(337.348)
Resultado da equivalência patrimonial		331.160	158.138	1.098.243	1.502.450
Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas	22	(566.639)	(568.145)	(488.007)	(29.468)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		2.818.013	3.119.754	3.800.812	4.655.173
Resultado financeiro líquido	23	(3.081.433)	(2.511.599)	(4.498.072)	(3.938.379)
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(263.420)	608.155	(697.260)	716.794
Imposto de renda e contribuição social	13	151.153	(74.161)	592.042	(207.769)
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		(112.267)	533.994	(105.218)	509.025
Atribuível à:					
Participação dos acionistas controladores		(105.218)	509.025	(105.218)	509.025
Participação dos acionistas não controladores		(7.049)	24.969		
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação (em R\$)	18	(0,07443)	0,34913	(0,07443)	0,34913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

	31/12/2014	Consolidado 31/12/2013	31/12/2014	Controladora 31/12/2013
(Prejuízo)/Lucro Líquido do Exercício	(112.267)	533.994	(105.218)	509.025
Outros Resultados Abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido reflexo de investimentos em subsidiárias	2.221		2.243	74
(Perdas)/Ganhos atuariais de plano de benefício definido	(95.175)	97.478	(95.208)	97.366
Imposto de renda e contribuição social sobre (perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido	32.360	(33.142)	32.371	(33.104)
Total	(60.594)	64.336	(60.594)	64.336
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajustes acumulados de conversão do período	28.227	218.927	28.227	218.927
Ativos disponíveis para venda	(971.808)	66.793	(971.251)	310.910
Imposto de renda e contribuição social sobre ativos disponíveis para venda	330.415	(22.709)	330.225	(105.709)
Ativos disponíveis para venda reflexo de investimentos em controladas			3.347	(161.117)
Impairment de ativos disponíveis para venda	205.000	5.002	199.372	5.002
Imposto de renda e contribuição social sobre impairment de ativos disponíveis para venda	(69.700)	(1.701)	(67.786)	(1.701)
(Perda)/Ganho na variação percentual de investimentos	(73.754)		(73.754)	
(Perda)/Ganho Hedge de fluxo de caixa	(120.633)		(120.633)	
Imposto de renda e contribuição social sobre (Perda)/Ganho Hedge de fluxo de caixa	41.015		41.015	
Total	(631.238)	266.312	(631.238)	266.312
Resultado Abrangente Total do Exercício	(804.099)	864.642	(797.050)	839.673
Atribuível à:				
Participação dos acionistas controladores	(797.050)	839.673	(797.050)	839.673
Participação dos acionistas não controladores	(7.049)	24.969		
Total	(804.099)	864.642	(797.050)	839.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2014	2013	2014	2013
Receitas					
Vendas mercadorias, produtos e serviços		19.141.235	20.572.836	15.824.823	16.837.903
Outras receitas		53.685	344.371	49.715	550.112
(Provisão)/Reversão créditos liquidação duvidosa		(13.051)	(2.640)	(5.018)	(2.127)
Total		19.181.869	20.914.567	15.869.520	17.385.888
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos		(10.203.567)	(11.353.061)	(8.279.828)	(9.494.642)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.809.887)	(2.082.205)	(1.213.780)	(1.336.872)
(Perda)/Recuperação de valores ativos		(10.805)	23.092	(5.121)	8.235
Impairment ativos disponíveis para venda		(205.000)	(5.002)	(199.372)	(3.369)
Total		(12.229.259)	(13.417.176)	(9.698.101)	(10.826.648)
Valor adicionado bruto		6.952.610	7.497.391	6.171.419	6.559.240
Retenções					
Depreciação, amortização e exaustão	8.b	(1.281.485)	(1.155.593)	(1.023.612)	(923.847)
Valor adicionado líquido produzido		5.671.125	6.341.798	5.147.807	5.635.393
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	7.b	331.160	158.138	1.098.243	1.502.450
Receitas financeiras		171.552	171.984	300.552	74.290
Outros e variações cambiais ativas		2.974.469	3.240.525	228.829	268.790
Total		3.477.181	3.570.647	1.627.624	1.845.530
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		9.148.306	9.912.445	6.775.431	7.480.923
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal e encargos		1.690.075	1.537.985	1.288.852	1.119.233
Impostos, taxas e contribuições		1.353.710	1.917.542	575.198	1.577.584
Despesas financeiras, variações cambiais passivas e alugueis		6.216.788	5.922.924	5.016.599	4.275.081
Dividendos e juros sobre o capital próprio			800.000		800.000
Prejuízo do exercício/Lucros retidos		(105.218)	(290.		



Companhia Siderúrgica Nacional

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

...continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto os dividendos por lote de mil ações)

Table with columns: Reserva de capital, Reservas de lucros, Resultados Abrangentes, Total do Patrimônio Líquido, Participação acionistas não controladores, Total do Patrimônio Líquido consolidado. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2012, 2013, and 2014, along with various financial adjustments and dividends.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional "CSN", também denominada Companhia ou Controladora, é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, coligadas e controladas em conjunto sendo denominadas, em conjunto, "Grupo").

• Siderurgia: Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas ("UPV") localizada no Município de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados.

• Mineração: A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais. Explora ainda estanho no Estado de Rondônia para suprir as necessidades da UPV, sendo que, o excedente dessas matérias primas é comercializado com controladas e terceiros.

• Cimentos: A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta atividade e seus negócios já existentes. Ao lado da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do tipo CP-III, utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda.

• Logística: A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S.A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. ("TLISA") e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL"), que operam a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, sendo de responsabilidade da TLISA os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II) e a FTL responsável pelos trechos de São Luiz - Mucuri, Arrojado - Recife, Itabaiana - Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau e Propriá - Jorge Lins (Malha I).

• Energia: Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia possui ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. A nota 24 - Informações por Segmento de Negócios apresenta o detalhamento das informações contábeis por segmento de negócios da CSN.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

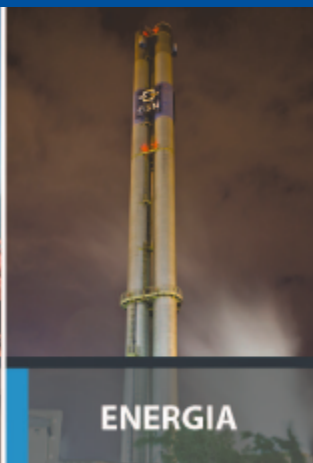
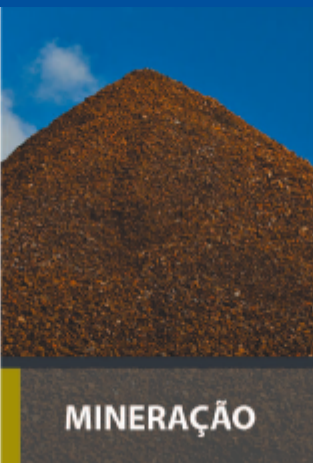
2.a) Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respectivas normas expedidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

2.b) Demonstrações financeiras consolidadas: As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos Diplic, Mugen e Vértice, conforme demonstrado a seguir:

Table with columns: Empresas, Participação no capital social (%), 31/12/2014, 31/12/2013, Atividades principais. Lists various companies and their ownership percentages, such as CSN Islands VII Corp., CSN Cimentos S.A., and Companhia Brasileira de Latas.

continua...



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2014	31/12/2013	
CSN Steel Sections Polska Sp.Z.o.o	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Asia Limited (3)	100,00		Representação comercial
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-operation: consolidação proporcional			
Itá Energética S.A.	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
CGPAR - Construção Pesada S.A.	50,00	50,00	Serviços de apoio à mineração e participações societárias
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava	17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial			
Nacional Minérios S.A.	60,00	60,00	Mineração e participações societárias
MRS Logística S.A.	27,27	27,27	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A. (4)	31,82	22,73	Companhia dormente
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	50,00	50,00	Prestação de serviços
Transnorddestina Logística S.A.	62,64	77,30	Logística ferroviária
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial			
Namisa International Minérios SLU	60,00	60,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Namisa Europe, Unipessoal Lda.	60,00	60,00	Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
Namisa Handel GmbH	60,00	60,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
MRS Logística S.A.	6,00	6,00	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A. (4)		9,08	Companhia dormente
Namisa Asia Limited (3)	60,00		Representação comercial

- Participação direta em coligadas: equivalência patrimonial**
- | | | | |
|--------------------------------|-------|-------|--|
| Arvedi Metalfer do Brasil S.A. | 20,00 | 20,00 | Metalurgia e participações societárias |
|--------------------------------|-------|-------|--|
- Empresas liquidadas no exercício de 2014.
 - Empresas incorporadas pela Companhia de Embalagens Metálicas MMSA no exercício de 2014, vide nota 7.
 - Empresas constituídas no exercício de 2014.
 - Transferência para a CSN dos direitos de subscrição de ações da empresa Aceros del Orinoco S.A. feitas pela empresa CSN Aceros, S.A. em abril de 2014, sem efeitos de ganho e perda.

Fundos Exclusivos

Fundos Exclusivos	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2014	31/12/2013	
Participação direta: consolidação integral			
Diplic - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Mugen - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Caixa Vértice - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação:

- Transações entre controladas, coligadas, joint-ventures e joint-operations**
Os ganhos não realizados em transações com controladas, controladas em conjunto e coligadas são eliminados na medida da participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). São eliminados também os efeitos no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, onde são reclassificados parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos e imposto de renda e contribuição social. A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando está exposta ao poder direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Controladas em conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. As operações em conjunto (*joint operation*) são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais a Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados. A Companhia elimina o efeito no resultado das transações realizadas com as controladas em conjunto, e desta forma é eliminado parte do resultado de equivalência patrimonial das empresas controladas em conjunto para despesa financeira, custo dos produtos vendidos, receita de vendas e imposto de renda e contribuição social.

Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Transações e participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial. Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

2.c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações financeiras, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs.

2.d) Moedas estrangeiras

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

ii. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício de 31 de dezembro de 2014 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens monetários de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior. Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2014, US\$ 1 equivale a R\$ 2,6562 (R\$ 2,3426 em 31 de dezembro de 2013) e € 1 equivale a R\$ 3,2270 (R\$ 3,2265 em 31 de dezembro de 2013). Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários classificados como mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais dos investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda estão incluídas nos resultados abrangentes no patrimônio.

iii. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações);
- As diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes e;
- Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de itens monetários de investimento em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio previamente registradas em outros resultados abrangentes são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

2.e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

2.f) Contas a receber de clientes

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas. A avaliação da Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de nossos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa estimativa de perdas.

2.g) Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias. As pilhas de minério são contabilizadas como estoque quando são removidas da mina. O custo de produtos acabados compreende todos os custos diretos necessários para transformar os estoques em produtos acabados.

2.h) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentem moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia bem como ajustes de plano de pensão e investimentos disponíveis para venda que impactam o patrimônio líquido das subsidiárias e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo. Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

2.i) Combinação de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativo ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação dos não controladores na adquirida, pela parcela proporcional da participação dos não controladores no valor justo de ativos líquidos da adquirida.

2.j) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme nota 8. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o custo da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos. Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado. Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais". Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
- Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura; e
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério. A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem; e
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas. Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério e são amortizados ao longo da vida útil da jazida. A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

2.k) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação. Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de intangível. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

- Ágio**
O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida. O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.
- Software**
As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada de 01 a 05 anos.

2.l) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.m) Benefícios a empregados

i. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida
Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido
Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximam das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuariado qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. A controladora e algumas subsidiárias ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no período até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo de uma mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes, e posteriormente são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

ii. Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocadas ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

2.n) Provisões

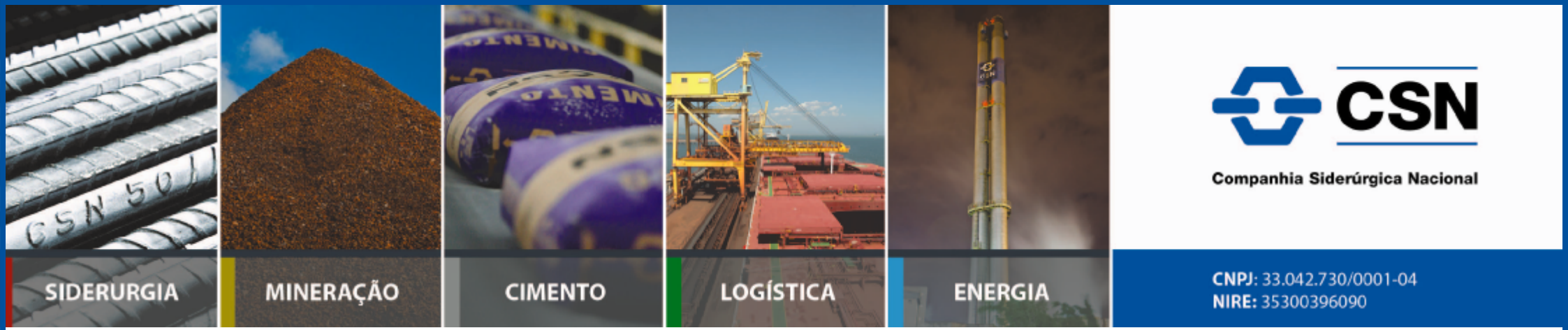
As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.o) Concessões

A Companhia possui concessões governamentais que englobam as seguintes modalidades de serviços: transporte ferroviário de minério de ferro e transporte das exportações e escoamento de material acabado para o mercado interno; desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário da região nordeste do Brasil; operação do terminal de granéis sólidos e do terminal de contêineres no Porto de Itaguaí. Todos os contratos de concessão que a Companhia mantém atualmente foram avaliados à época da outorga como arrendamentos operacionais. Os arrendamentos operacionais são aqueles em que uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador. Os pagamentos efetuados para os arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.p) Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.



SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.q) Reconhecimento de receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua realização. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato.

2.r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos não avaliados por equivalência patrimonial, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos financeiros derivativos que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.s) Imposto de renda e contribuição social

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos de renda correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

2.t) Lucro/(Prejuízo) por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ação diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

2.u) Custos ambientais e restauração de áreas

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, como apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

2.v) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

2.w) Instrumentos financeiros
i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

• Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

• Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Ativos financeiros disponíveis para venda

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

• Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda têm o seu reconhecimento dividido da seguinte forma: (i) o efeito da variação cambial e das variações no valor justo sobre o investimento no capital da investida são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e; (ii) o efeito da variação cambial e das variações no valor justo da opção são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

ii. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

• Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a CSN usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
 - uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
 - o Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
 - torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
 - desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
 - dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
- O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada

de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

• Ativos classificados como disponíveis para venda

No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados (*impaired*). A determinação do que é considerada uma queda "significativa" ou "prolongada" exige julgamento. Para esse julgamento, é avaliada, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, a duração e proporção na qual o valor justo do investimento é menor que seu custo, além da saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro. Se alguma dessas evidências existirem para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - é reclassificado do patrimônio e reconhecido na demonstração de resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos disponíveis para venda não são revertidas por meio da demonstração do resultado. A CSN efetuou a análise de *impairment* de seu investimento disponível para venda em ações da Usiminas, veja nota 11.

iii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

• Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

• Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

• Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Instrumentos derivativos e atividades de hedge
• Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica "Resultado Financeiro" na demonstração do resultado.

• Atividades de hedge

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos passivos financeiros como instrumento de *hedge* de um risco cambial associado aos fluxos de caixa provenientes das exportações previstas e altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa). A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge* (exportações previstas), assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica "*Hedge Accounting*". Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos em resultado financeiro, quando aplicável.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que as exportações previstas afetam o resultado. Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é liquidado antecipadamente, ou a relação de *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização de *Hedge Accounting* ou ainda quando a Administração decide descontinuar a contabilização de *Hedge Accounting*, todo ganho ou perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece registrado no patrimônio líquido. Quando a transação prevista é realizada, o ganho ou perda será reclassificado para o resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro".

As movimentações dos valores de *hedge* denominados como *Hedge* de fluxo de caixa de exportação estão demonstradas na nota 11 (iv).

2.x) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis (vide nota 24).

2.y) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

2.z) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Norma	Descrição	Vigência
IAS 16 e IAS 38	"Ativo imobilizado" e "Ativos intangíveis" - em maio de 2014, foram revisadas as regras contábeis mencionadas, esclarecendo que o método baseado em receitas não será permitido para depreciação ou amortização.	2016
IAS 27	"Demonstrações financeiras separadas" - em agosto de 2014, foi revisada a regra que trata das demonstrações financeiras separadas, permitindo a contabilização dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia já adota este método por requerimento da legislação brasileira e essa alteração não trará impactos às demonstrações financeiras. Esta alteração ainda não foi editada pelo CPC e deve ser adotada a partir de 2016, sendo permitida a adoção antecipada.	2016
IFRS 10 e IAS 28	"Demonstrações consolidadas" e "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto" - em setembro de 2014, foi emitida uma revisão propondo que o ganho ou perda como resultado da venda ou contribuição de uma subsidiária que não constitui um negócio, como definido na IFRS 3, entre um investidor e sua controlada ou controlada em conjunto é reconhecido apenas na participação dos investidores não relacionados na controlada ou controlada em conjunto.	2016
IFRS 7	"Instrumentos financeiros: Divulgação" - em setembro de 2014, o IASB revisou a regra IFRS 7, colocando um guia para decidir quando um contrato de serviço tem envolvimento contínuo e que os requerimentos de divulgação adicional não são especificamente para períodos internos. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC e deve ser adotada a partir de 2016.	2016
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros". O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relacionada ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável.	2018
IFRS 15	"Receita de contratos com clientes". Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma substitui a IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações.	2017

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
Disponibilidades				
Caixa e Bancos	192.595	178.920	14.638	36.553
Aplicações Financeiras				
No País:				
Títulos públicos	246.407	48.206	205.304	42.575
Títulos privados	486.730	240.852	264.500	57.564
	733.137	289.058	469.804	100.139
No Exterior:				
Time Deposits	7.760.289	9.527.694	2.661.951	69.932
Total das Aplicações Financeiras	8.493.426	9.816.752	3.131.755	170.071
Caixa e equivalentes de caixa	8.686.021	9.995.672	3.146.393	206.624

Os recursos financeiros disponíveis na controladora e nas controladas estabelecidas no país são aplicados basicamente em fundos de investimento, considerados exclusivos, que foram consolidados, com operações compromissadas lastreadas em títulos privados e públicos, com rendimento pré-fixado, e com liquidez imediata.

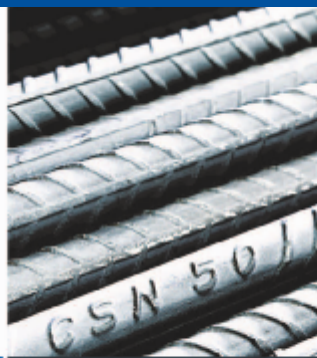
Os títulos privados são aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Notas e Letras do Tesouro Nacional. Os fundos são administrados pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e pela Caixa Econômica Federal (CEF) e os ativos desses fundos respondem por eventuais perdas nos investimentos e operações realizadas. Os investimentos dos fundos foram consolidados também nas demonstrações financeiras individuais.

Parte significativa dos seus recursos financeiros e de suas controladas no exterior é aplicada em *Time Deposits* com bancos de primeira linha e são remuneradas a taxas pré-fixadas. Adicionalmente, em 2014 ocorreram reduções de capital nas controladas no exterior no qual resultou um aumento de caixa na Controladora, vide nota 7 (b).

4. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Clientes				
Terceiros				
Mercado interno	861.518	790.225	548.417	545.927
Mercado externo	762.935	950.145	87.668	80.434
	1.624.453	1.740.370	636.085	626.361
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(127.223)	(114.172)	(93.536)	(88.518)
	1.497.230	1.626.198	542.549	537.843
Partes Relacionadas (Nota 17 - b)	153.737	107.443	969.343	632.645
	1.650.967	1.733.641	1.511.892	1.170.488

continua...


 CNPJ: 33.042.730/0001-04
 NIRE: 35300396090

SIDERURGIA
MINERAÇÃO
CIMENTO
LOGÍSTICA
ENERGIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Outras Contas a Receber				
Dividendos a receber (*) (Nota 17 - b)	59.470	717.595	67.553	774.147
Débitos de empregados	32.743	35.267	22.977	22.237
Outros créditos	9.876	35.962	2.076	25.832
	102.089	788.824	92.606	822.216
	1.753.056	2.522.465	1.604.498	1.992.704

(*) Reversão de dividendos da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. no valor de R\$ 484.946, conforme nota 7 b.

A composição do saldo bruto do contas a receber de clientes terceiros é demonstrado da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	1.284.824	1.339.481	464.322	373.190
Vencidos até 180 dias	236.843	216.392	90.612	90.165
Vencidos acima de 180 dias	102.786	184.497	81.151	163.006
	1.624.453	1.740.370	636.085	626.361

De acordo com a política comercial interna da CSN e a manutenção de seus recebimentos de curto prazo (até 7 dias), a Companhia possui operações de cessão de crédito sem coobrigação, em que após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos provenientes do fechamento de cada operação, a CSN líquida o contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação. Essa operação totaliza um montante de R\$ 264.411 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 386.732 em 31 de dezembro de 2013), deduzido do contas a receber.

As movimentações nas perdas estimadas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(114.172)	(111.532)	(88.518)	(86.391)
Perdas estimadas	(25.305)	(17.988)	(15.915)	(13.902)
Recuperação de créditos	12.254	15.348	10.897	11.775
Saldo final	(127.223)	(114.172)	(93.536)	(88.518)

5. ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Produtos acabados	1.270.182	743.831	794.223	529.068
Produtos em elaboração	858.811	650.311	733.759	550.227
Matérias-primas	1.006.620	714.365	621.450	436.283
Almoxarifado	949.062	1.003.473	825.983	877.944
Minério de ferro	147.699	139.275	147.699	139.275
Adiantamento a fornecedores	2.329	11.915	1.741	9.859
(-) Perdas estimadas	(112.581)	(102.185)	(88.056)	(83.426)
	4.122.122	3.160.985	3.036.799	2.459.230

7. INVESTIMENTOS
7.a) Participações diretas em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

Empresas	Quantidade de ações detidas pela CSN (em unidades)		% Participação direta	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Participação direta		Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	Ordinárias	Preferencial		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Participação direta	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício					
	31/12/2014	31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Controladas																					
CSN Islands VII Corp.	20.001.000		100,00	7.214.810	7.568.331	(353.521)	341.699	100,00	7.958.296	8.653.517	(695.221)	100,00	16.236		16.236		16.236		(492.508)		
CSN Islands VIII Corp.							(183)	100,00				100,00							16.236	(37.499)	
CSN Islands IX Corp.	3.000.000		100,00	1.113.075	1.111.155	1.920	(48)	100,00	981.698	979.730	1.968	100,00							9.979.730	95	
CSN Islands X Corp.	1.000		100,00	20	61.633	(61.613)	(8.821)	100,00	46	52.838	(52.792)	100,00	46		52.838				46	(7.566)	
CSN Islands XI Corp.	50.000		100,00	2.236.207	2.227.764	8.443	503	100,00	1.796.485	1.788.545	7.940	100,00			1.788.545				1.796.485	1.045	
CSN Islands XII Corp.	1.540		100,00	2.000.851	2.658.674	(657.823)	(182.508)	100,00	1.868.122	2.343.437	(475.315)	100,00			2.343.437				1.868.122	(195.338)	
International Investment Fund											(28)										
CSN Minerals S.L.U.	3.500		100,00	4.151.169	15.169	4.136.000	(6.274)	100,00	4.558.786	1.856	4.556.930	100,00			4.556.930				1.856	794.937	
CSN Export Europe, S.L.U.	3.500		100,00	930.973	3.125	927.848	99.302	100,00	942.194	350	941.844	100,00			942.194				350	151.941	
CSN Metals S.L.U.	16.504.020		100,00	846.160	31.408	814.752	123.816	100,00	1.450.763	1.438	1.449.325	100,00			1.450.763				1.438	195.013	
CSN Americas S.L.U.	3.500		100,00	1.588.221	23.490	1.564.731	15.298	100,00	1.995.959	13.962	1.981.997	100,00			1.995.959				13.962	277.278	
CSN Steel S.L.U.	22.042.688		100,00	2.152.431	1.274.343	878.088	(27.014)	100,00	2.714.157	435.831	2.278.326	100,00			2.714.157				435.831	118.601	
Sepetiba Tecon S.A.	254.015.052		99,99	358.321	122.778	235.543	21.509	99,99	324.698	81.973	242.725	99,99			324.698				81.973	51.077	
Mineração Nacional S.A.	999.999		99,99	1.097	22	1.075	82	99,99	1.067	15	1.052	99,99			1.067				15	55	
Florestal Nacional S.A.											(46.509)										
Estanho de Rondônia S.A.	51.665.047		99,99	35.101	14.023	21.078	(10.530)	99,99	34.189	9.697	24.492	99,99			34.189				9.697	(9.263)	
Cia. Metalic Nordeste	92.459.582		99,99	187.571	34.849	152.722	11.606	99,99	182.845	41.730	141.115	99,99			182.845				41.730	18.510	
Companhia Metalúrgica Prada	78.283.207		99,99	618.212	427.701	190.511	(117.626)	99,99	771.436	465.032	306.404	99,99			771.436				465.032	47.295	
CSN Cimentos S.A.	3.734.582.665		100,00	1.088.997	64.652	1.024.345	93.161	99,99	1.012.370	84.651	927.719	99,99			1.012.370				84.651	56.161	
Congonhas Minérios S.A.	64.610.862		99,99	1.996.460	2.012.062	(15.602)	(7.419)	99,99	1.996.614	2.004.797	(8.183)	99,99			1.996.614				2.004.797	13.870	
CSN Energia S.A.	43.149		99,99	73.569	59.270	79.703	79.703	99,99	33.416	13.850	19.566	99,99			33.416				13.850	11.515	
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	306.241.571		88,41	566.259	272.513	293.746	(8.834)	88,41	542.162	239.582	302.580	88,41			542.162				239.582	(3.662)	
Companhia Florestal do Brasil	21.120.514		99,99	29.471	8.495	20.976	(76)	99,99	20.858	1.567	19.291	99,99			20.858				1.567	(19)	
Controladas em Conjunto																					
Nacional Minérios S.A. (*)	285.040.443		60,00	10.113.587	642.561	9.471.026	673.060	60,00	9.404.480	1.058.093	8.346.387	60,00			9.404.480				1.058.093	544.695	
Itá Energética S.A.	253.606.846		48,75	316.345	14.618	301.727	2.109	48,75	341.188	18.059	323.129	48,75			341.188				18.059	9.852	
MRS Logística S.A.	52.414.154	40.301.916	27,27	1.959.145	1.182.454	776.691	103.458	27,27	1.853.628	1.126.803	726.825	27,27			1.853.628				1.126.803	128.989	
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	1.876.146		50,00	18.678	15.196	3.482	575	50,00	20.590	16.244	4.346	50,00			20.590				16.244	2.458	
CGPAR - Construção Pesada S.A.	50.000		50,00	61.689	55.129	6.560	13.000	50,00	53.527	48.703	4.824	50,00			53.527				48.703	9.527	
Transnordestina Logística S.A.	22.701.071	1.397.545	62,64	4.115.120	2.818.184	1.296.936	(27.455)	77,30	4.286.381	2.961.282	1.325.099	77,30			4.286.381				2.961.282	(122.178)	
Coligadas																					
Arvedi Metalfer do Brasil	27.239.971		20,00	60.101	44.429	15.672	(5.103)	20,00	53.007	34.441	18.566	20,00			53.007				34.441	(3.291)	
				43.833.640	22.719.057	21.114.583	1.176.990		45.215.198	22.478.023	22.737.175				45.215.198				22.478.023	1.515.053	
Classificados como disponível para venda																					
Usiminas							1.340.896				2.311.254										
Panaftântica							31.589				24.819										
							1.372.485				2.336.073										
Outros Investimentos							659.105				659.105										
Ganho na perda controle na Transnordestina							(100.622)				(23.291)									(4.640)	
Lucros nos estoques de controladas							65.019				65.019									(7.963)	
Outros							623.502				700.833									(12.603)	
							23.110.570														



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

O aumento de capital na FTL foi resultado da cisão parcial da TLSA, e, assim, não teve efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

7.d) Investimentos em empresas controladas em conjunto (joint ventures) e em operações em conjunto (joint operations)

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir:

Table with 12 columns: Participação (%), Nacional Minérios (*), MRS Logística, CBSI, Transnordestina Logística, Itá Energética, CGPAR, and corresponding values for 31/12/2014 and 31/12/2013.

Table with 12 columns: Participação (%), Nacional Minérios (*), MRS Logística, CBSI, Transnordestina Logística, Itá Energética, CGPAR, and corresponding values for 01/01/2014 a 31/12/2014 and 01/01/2013 a 31/12/2013.

(*) Referem-se ao balanço e resultado consolidados da Nacional Minérios S.A. Os valores do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício referem-se a 100% dos resultados das empresas.

NACIONAL MINÉRIOS S.A. - ("Namisa")
Sediada em Congonhas, no estado de Minas Gerais, tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos.

Nova aliança estratégica formada com o Consórcio Asiático
Em 11 dezembro de 2014, o Conselho de Administração da CSN aprovou o estabelecimento de uma aliança estratégica com o Consórcio Asiático. A transação consiste em uma "joint venture" entre a CSN e o Consórcio Asiático por meio da qual o Consórcio Asiático contribuirá sua participação de 40% na Namisa para a empresa Congonhas Minérios S.A.

ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ("ITASA")
A ITASA é uma sociedade anônima constituída em julho de 1996, que tinha por objetivo construir e, em regime de concessão compartilhada, explorar a Usina Hidrelétrica de Itá - UHE Itá, com 1.450 MW de potência instalada, localizada no rio Uruguai, fronteira dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

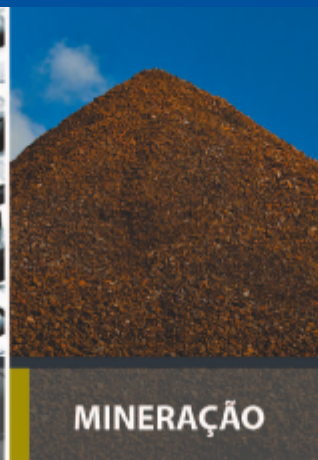
MRS LOGÍSTICA S.A. ("MRS")
Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, privatizada em 20 de setembro de 1996.

para nele incluir as obrigações assumidas pela TLSA relativas à implantação da Malha II, bem como a readequação dos trechos que a compõem e (ii) Termo de Ajustamento de Conduta entre a ANTT e a TLSA, com a finalidade de sanar as pendências existentes entre as partes.

7.e) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior
STAHLEWERK THURINGEN GMBH ("SWT")
A SWT foi constituída em 1992, a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhutte, na cidade de Unterwellenborn na Alemanha, produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade.

7.f) Outros investimentos
PANATLÂNTICA S.A. ("Panatlântica")
Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não.

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS ("USIMINAS")
A USIMINAS com matriz em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga/MG e Cubatão/SP respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação.


 CNPJ: 33.042.730/0001-04
 NIRE: 35300396090

SIDERURGIA
MINERAÇÃO
CIMENTO
LOGÍSTICA
ENERGIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)
8. IMOBILIZADO

	Consolidado						
	Terrenos	Edifícios Infra-estrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	213.301	1.826.519	7.782.833	34.127	4.771.635	283.011	14.911.426
Custo	213.301	2.196.994	12.968.200	151.479	4.771.635	627.845	20.929.454
Depreciação acumulada		(370.475)	(5.185.367)	(117.352)		(344.834)	(6.018.028)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	213.301	1.826.519	7.782.833	34.127	4.771.635	283.011	14.911.426
Efeito de variação cambial	27	1.449	13.383	(34)	(158)	1.425	16.092
Aquisições	108	1.818	451.879	6.377	1.348.484	39.830	1.848.496
Juros capitalizados (Notas 23 e 30)					165.789		165.789
Baixas	(105)	(39)	(7.041)	(4)	(7.950)	(93)	(15.232)
Depreciação		(79.406)	(1.115.589)	(6.445)		(36.923)	(1.238.363)
Transferência para outras categorias de ativos	3.127	682.109	3.396.024	2.589	(4.010.497)	(73.352)	
Transferências para intangível				16	(20.743)	(919)	(21.646)
Outros			(21.813)	7	(2.593)	(18.023)	(42.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	216.458	2.432.450	10.499.676	36.633	2.243.967	194.956	15.624.140
Custo	216.458	3.021.437	16.791.750	167.410	2.243.967	414.276	22.855.298
Depreciação acumulada		(588.987)	(6.292.074)	(130.777)		(219.320)	(7.231.158)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	216.458	2.432.450	10.499.676	36.633	2.243.967	194.956	15.624.140

	Controladora						
	Terrenos	Edifícios Infra-estrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	107.475	1.225.222	6.355.738	26.409	4.345.142	358.109	12.418.095
Custo	107.475	1.390.013	10.423.838	129.930	4.345.142	467.481	16.863.879
Depreciação acumulada		(164.791)	(4.068.100)	(103.521)		(109.372)	(4.445.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	107.475	1.225.222	6.355.738	26.409	4.345.142	358.109	12.418.095
Aquisições		685	398.142	5.648	1.161.916	29.659	1.596.050
Juros capitalizados (Notas 23 e 30)					165.789		165.789
Baixas			(6.263)	(13)	(7.196)	(2)	(13.747)
Depreciação		(49.868)	(948.438)	(4.627)		(12.142)	(1.015.075)
Transferências para outras categorias de ativos	2.706	610.533	3.083.678	1.617	(3.524.562)	(173.972)	
Transferência para intangível				2	(2.008)	(18.314)	(20.984)
Outros			(787)				(21.107)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	110.181	1.786.572	8.882.070	29.036	2.118.097	183.338	13.109.294
Custo	110.181	2.003.303	13.877.027	136.041	2.118.097	301.835	18.546.484
Depreciação acumulada		(216.731)	(4.994.957)	(107.005)		(118.497)	(5.437.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	110.181	1.786.572	8.882.070	29.036	2.118.097	183.338	13.109.294

(*) Referem-se substancialmente a ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos e dormentes e benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares, minas e almoxarifados de reposição.

Segue abertura dos projetos que compõem as obras em andamento:

Descrição do projeto	Data de início		Data de conclusão		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Logística						
Equalização do Berço 301.			2012	2014		151.932
Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.					45.522	231.832
					45.522	383.764
Mineração						
Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra.			2007	2015/2016 (1)	462.075	1.090.568
Expansão da capacidade de exportação do TECAR.			2009	2017 (2)	332.394	404.374
Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.					60.236	42.866
					854.705	1.537.808

9. INTANGÍVEL

	Consolidado				Controladora				
	Ágio	Relações com Clientes	Software	Marcas e patentes	Outros	Total	Ágio	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	407.434	381.480	67.354	109.035	137	965.440	13.091	63.378	76.469
Custo	666.768	415.899	107.416	109.035	137	1.299.255	14.135	89.255	103.390
Amortização acumulada	(150.004)	(34.419)	(40.062)			(224.485)	(1.044)	(25.877)	(26.921)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)					(109.330)			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	407.434	381.480	67.354	109.035	137	965.440	13.091	63.378	76.469
Efeito de variação cambial		(1.060)	5	17		(1.038)			
Aquisições e gastos			727			727			
Transferência do imobilizado			21.598		48	21.646		20.984	20.984
Amortização		(33.305)	(9.817)			(43.122)		(8.537)	(8.537)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	407.434	347.115	79.867	109.052	185	943.653	13.091	75.825	88.916
Custo	666.768	415.964	153.080	109.052	185	1.345.049	14.135	110.241	124.376
Amortização acumulada	(150.004)	(68.849)	(73.213)			(292.066)	(1.044)	(34.416)	(35.460)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(109.330)					(109.330)			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	407.434	347.115	79.867	109.052	185	943.653	13.091	75.825	88.916

O prazo de vida útil estimada para o exercício corrente são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Software	5	5	5	5
Relações com clientes	13	13		

• Teste para verificação de impairment do ágio e marcas e patentes

Com o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais da CSN os quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos em que o ágio é monitorado pela alta administração da Companhia, nunca acima dos Segmentos Operacionais.

Unidade Geradora de Caixa	Segmento	31/12/2014	31/12/2013	Investidora
Embalagens (*)	Siderurgia	158.748	158.748	CSN
Aços planos	Siderurgia	13.091	13.091	CSN
Aços longos	Siderurgia	344.647	344.630	CSN Steel S.L.
		516.486	516.469	

(*) O ágio da UGC (Unidade Geradora de Caixa) Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (impairment) registrada em 2011 na linha de outras receitas e despesas operacionais da demonstração do resultado do exercício no montante de R\$ 60.861. Durante o 4º trimestre de 2013, a Companhia identificou novamente a necessidade de reduzir o valor recuperável do ágio da UGC Embalagens e contabilizou o valor de R\$ 48.469.

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") é determinado com base em cálculos do valor em uso.

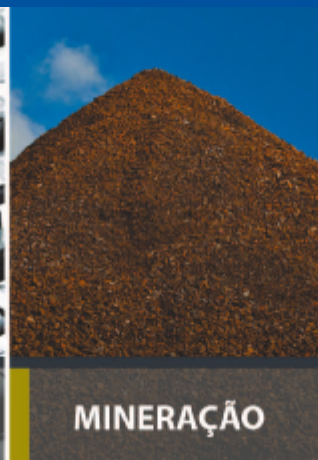
Essas cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração de longo prazo da unidade de três anos de referência aos fluxos de caixa posteriores ao período de três anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual atua a Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). Para a UGC Embalagem, foi utilizada a metodologia do valor justo dos ativos, por meio da contratação de empresa especializada em avaliação de ativos tangíveis.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que se encontram registrados ao custo amortizado, são conforme abaixo:

	Taxas a.a. (%)	Consolidado				Controladora			
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Moeda Estrangeira									
Pré-Pagamento	1% até 3,5%	346.719	105.874	2.338.327	1.166.615	76.642	105.874	2.323.290	1.166.615
Pré-Pagamento	3,51% até 7,5%	12.411	207.331	1.713.249	1.932.500	158.915	343.912	6.869.730	4.084.099
Bônus Perpétuos	7%	3.615	3.189	2.656.200	2.342.600				
Fixed Rate Notes	4,14% até 10%	1.236.634	156.868	4.996.352	5.505.110	1.187.610	19.439	1.593.720	2.433.517
Intercompany	Libor 6M + 2,25% e 3%					73.839	737.297	910.983	110.268
Outros	1,2% até 8%	51.634	61.662	387.240	442.843		11.334		
		1.651.013	534.924	12.091.368	10.733.885	1.497.006	1.217.856	11.697.723	7.794.499
Moeda Nacional									
BNDES/FINAME	TJLP + 1,5% até 3,2% e Fixa 2,5% até 10%	85.373	97.044	965.849	962.684	48.308	57.759	879.681	853.379
Debêntures	105,8% até 111,2% CDI	847.411	846.387	1.550.000	1.713.249	847.411	846.387	1.550.000	1.932.500
Pré-Pagamento	106,5% até 110,79% CDI e fixa de 8%	118.870	101.330	5.345.000	5.345.000	93.087	79.302	3.345.000	3.345.000
CCB	112,5% CDI	101.841	1.085.436	7.200.499	6.200.000	101.841	1.085.436	7.200.000	6.200.000
Intercompany	110,79% CDI					148.686	591.423	1.759.474	1.338.771
Outros		9.422	8.527	11.549	15.505		2.258		2.118
		1.162.917	2.138.724	15.072.897	14.455.689	1.241.591	2.662.426	14.734.155	13.671.768
Total de Empréstimos e Financiamentos		2.813.930	2.673.648	27.164.265	25.189.574	2.738.597	3.880.282	26.431.878	21.466.267
Custos de Transação e Prêmios de Emissão		(23.406)	(30.841)	(71.410)	(85.951)	(18.362)	(25.588)	(61.966)	(71.607)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação		2.790.524	2.642.807	27.092.855	25.103.623	2.720.235	3.854.694	26.369.912	21.394.660

Os saldos de pré-pagamentos com partes relacionadas da controladora totalizam R\$ 5.302.985 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2.943.964 em 31 de dezembro de 2013) e os saldos de Fixed Rate Notes e Intercompany Bonds totalizam R\$ 2.781.330 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2.452.956 em 31 de dezembro de 2013), vide nota 17b.


 CNPJ: 33.042.730/0001-04
 NIRE: 35300396090

SIDERURGIA
MINERAÇÃO
CIMENTO
LOGÍSTICA
ENERGIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)
Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
2016	2.905.794	11%	4.194.943	16%
2017	4.170.116	15%	3.993.645	15%
2018	4.527.879	17%	4.214.898	16%
2019	6.033.723	22%	4.588.563	17%
2020	5.089.253	19%	2.680.016	10%
Após 2021	1.781.300	6%	6.759.813	26%
Bônus Perpétuos	2.656.200	10%		
Total	27.164.265	100%	26.431.878	100%

Captações dos empréstimos e amortizações, financiamentos e debêntures

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício corrente:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	27.746.430	29.304.704	25.249.354	24.139.992
Captações	1.907.479	1.697.363	3.401.090	1.363.253
Amortizações	(3.689.287)	(4.300.240)	(3.423.072)	(3.991.884)
Perda de controle na Transnordestina		(3.180.821)		
Outros (*)	3.918.757	4.225.424	3.862.775	3.737.993
Saldo final	29.883.379	27.746.430	29.090.147	25.249.354

(*) Inclusive variações cambiais e monetárias não realizadas.

Classificação de instrumentos financeiros

Consolidado	Notas	31/12/2014				31/12/2013				
		Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado	Saldos	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado
Ativo										
Circulante										
Caixa e Equivalente de Caixa	3			8.686.021	8.686.021			9.995.672		9.995.672
Contas a Receber Líquidas	4			1.650.967	1.650.967			1.733.641		1.733.641
Instrumentos financeiros derivativos	6		174.611		174.611		9.681			9.681
Títulos para negociação	6		13.798		13.798		9.906			9.906
Total			188.409	10.336.988	10.525.397		19.587	11.729.313		11.748.900
Não Circulante										
Outros títulos a receber	6			1.347	1.347			9.970		9.970
Investimentos		1.441.032			1.441.032	2.405.174				2.405.174
Instrumentos financeiros derivativos	6			34.874	34.874		3.879			3.879
Aplicações Financeiras				36.221	36.221	2.405.174		40.726		2.449.779
Total		1.441.032	188.409	10.373.209	14.777.253	2.405.174	23.466	11.770.039		14.198.679
Total Ativo					20.002.650					26.947.579
Passivo										
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	10			2.813.930	2.813.930			2.673.648		2.673.648
Instrumentos financeiros derivativos	12		65		65		6.822			6.822
Fornecedores				1.638.505	1.638.505			1.102.037		1.102.037
Dividendos e JCP				277.097	277.097			2.036		2.036
Total			65	4.729.532	4.729.597		6.822	3.777.721		3.784.543
Não Circulante										
Empréstimos e financiamentos	10			27.164.265	27.164.265			25.189.574		25.189.574
Instrumentos financeiros derivativos	12		21.301		21.301		17.375			17.375
Total			21.301	27.164.265	27.185.566		17.375	25.189.574		25.206.949
Total Passivo			21.366	31.893.797	31.915.163		24.197	28.967.295		28.991.492

Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo requerem divulgação das mensurações do valor justo em três níveis de hierarquia.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- Nível 2: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado utilizando um método de avaliação:

Consolidado	31/12/2014			31/12/2013				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos
Ativo								
Circulante								
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		174.611		174.611		9.681		9.681
Títulos para negociação	13.798			13.798	9.906			9.906
Não Circulante								
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Investimentos	1.441.032			1.441.032	2.405.174			2.405.174
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos						3.879		3.879
Total Ativo	1.454.830	174.611		1.629.441	2.415.080	13.560		2.428.640
Passivo								
Circulante								
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		65		65	6.822			6.822
Não Circulante								
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		21.301		21.301	17.375			17.375
Total Passivo		21.366		21.366	24.197			24.197

Investimentos em títulos classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

Consistem, principalmente, em investimentos em ações adquiridas no Brasil de empresas de primeira linha, as quais estão registradas no ativo não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados no patrimônio líquido, onde permanecerão até a efetiva realização dos títulos, ou quando uma eventual perda for considerada irreversível.

Perda (impairment) de investimentos em ações disponíveis para venda

A Companhia possui investimentos em ações ordinárias (USIM3) e preferenciais (USIM5) da Usiminas ("Ações Usiminas"), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo (fair value), baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (BM&FBOVESPA).

Considerando a volatilidade nas cotações das Ações Usiminas, a Companhia avalia se na data de fechamento das demonstrações financeiras, existem evidências objetivas de perda no valor recuperável desses ativos financeiros, ou seja, a administração da Companhia avalia se a queda no valor de mercado das ações Usiminas deve ser considerada significativa ou prolongada. Esta avaliação, por sua vez, exige julgamento com base em política da CSN, elaborada segundo práticas usadas no mercado nacional e internacional, e consiste na análise, instrumento por instrumento, baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que um instrumento demonstra uma queda superior a 20% no seu valor de mercado ou a partir de uma queda significativa do valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses.

Em 30 de junho de 2014 e de 2013, houve declínio na cotação das ações ordinárias (USIM3), o qual, de acordo com a política contábil da Companhia, gerou uma perda no valor de R\$ 34.396 e R\$ 3.302, líquido de imposto de renda e contribuição social, sendo registrado o montante de R\$ 52.115 e R\$ 5.002 em outras despesas operacionais e R\$ 17.719 e R\$ 1.701 em impostos diferidos, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2014, após novo declínio na cotação das ações ordinárias (USIM3) em relação à cotação de 30 de junho de 2014, a Companhia reclassificou as perdas acumuladas no trimestre registradas em outros resultados abrangentes, no valor de R\$ 13.193, líquido de imposto de renda e contribuição social, para o resultado do período, no montante de R\$ 19.989 em outras despesas operacionais e R\$ 6.796 em impostos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2014 houve declínio na cotação das ações preferenciais (USIM5) em relação à cotação de 30 de junho de 2012. Desta forma, a Companhia reclassificou as perdas acumuladas registradas em outro resultado abrangente, no valor de R\$ 87.711, líquido de imposto de renda e contribuição social, sendo registrado o montante de R\$ 132.896 em outras despesas operacionais e R\$ 45.185 em impostos diferidos, respectivamente, totalizando no exercício de 2014 o montante de R\$ 205.000 em outras despesas operacionais e R\$ 69.700 em impostos diferidos. A partir de então, de acordo com a política da Companhia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados em outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2014, a posição consolidada desses contratos era a seguinte:

Contrapartes	Vencimento da operação	Moeda Ncional	Nacional	31/12/2014			Nacional	31/12/2013			31/12/2014
				Posição Ativa	Posição Passiva	Valor Justo (mercado) Receber/(Pagar)		Posição Ativa	Posição Passiva	Valor Justo (mercado) Receber/(Pagar)	
Santander	02/01/2015	Dólar	10.000	30.414	(25.068)	5.346	10.000	26.512	(22.633)	3.879	1.467
Goldman Sachs		Dólar					10.000	23.697	(22.799)	898	(1.434)
HSBC		Dólar					90.000	213.306	(205.171)	8.135	(13.376)
Deutsche		Dólar									608
Total swap cambial dólar x CDI			10.000	30.414	(25.068)	5.346	110.000	263.515	(250.603)	12.912	(12.735)
Itaú BBA	05/01/2015 a 05/02/2015	Dólar	340.000	900.795	(845.425)	55.370	85.000	199.753	(199.844)	(91)	72.922
HSBC	05/01/2015 a 05/02/2015	Dólar	568.000	1.502.936	(1.430.394)	72.542	208.000	488.843	(489.349)	(506)	99.426
HSBC	30/01/2015	Dólar	10.000	26.416	(26.481)	(65)					(65)

Os contratos de empréstimo e financiamento da Companhia preveem cláusulas restritivas, usuais em contratos desta natureza, e que se encontram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2014.

Debêntures
Sétima emissão

Em março de 2014 a Companhia emitiu 40.000 debêntures em série única, quirográficas e não conversíveis, ao valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 400.000, com juros remuneratórios de 111,20% a.a. do CDI Cetip com vencimento final em março de 2021, com opção de resgate antecipado.

Garantias concedidas

As garantias concedidas em razão dos empréstimos constituem-se de bens do imobilizado, avais e fianças e não contemplam garantias concedidas para empresas controladas e controladas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo totaliza R\$ 2.256 (R\$ 4.234 em 31 de dezembro de 2013).

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap cambial e swap de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Riscos de preço de mercado de ações

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos e classificados como disponíveis para venda.

A Companhia considera como cenário provável os valores registrados a mercado em 31 de dezembro de 2014, líquido de imposto no montante de R\$ 273.433. Desta maneira, não há impacto sobre os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda. De acordo com as políticas contábeis da Companhia, as variações negativas no investimento da Usiminas, quando consideradas significativas (impairment), são registradas no resultado, e as positivas em resultado abrangente até a realização do investimento.

III - Políticas de Instrumentos Financeiros
11.a) Gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto.

11.b) Utilização de derivativos de proteção

A política financeira da Companhia reflete os parâmetros de liquidez, risco de crédito e de mercado aprovados pelo comitê de auditoria e Conselho de administração. A utilização de instrumentos derivativos com objetivo de evitar que flutuações de taxas de juros e taxas de câmbio tenham impacto negativo sobre o balanço patrimonial e demonstração de resultados da empresa deve observar estes mesmos parâmetros. Nos termos das normas internas, esta política de investimentos financeiros foi aprovada e é administrada pela Diretoria financeira.

A Diretoria rotineiramente apresenta e discute, nas reuniões de Diretoria Executiva e Conselho de Administração, as posições financeiras da Companhia. Nos termos do estatuto social, operações de valores expressivos requerem aprovação prévia dos órgãos da administração. A utilização de outros instrumentos derivativos está condicionada à aprovação prévia do Conselho de Administração.

Para financiar suas atividades a Companhia recorre ao mercado financeiro de capitais, tanto local quanto internacional e em função do perfil de endividamento que busca, parte da dívida está atrelada a moeda estrangeira, substancialmente ao dólar norte-americano, o que motiva buscar proteção para fluxos de caixa advindos do endividamento através de instrumentos financeiros derivativos.

Para contratar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dentro da estrutura de controles internos, são adotadas as seguintes políticas:

- apuração contínua da exposição cambial que ocorre por meio do levantamento dos ativos e passivos expostos a moeda estrangeira, dentro dos seguintes termos: (i) contas a receber e a pagar em moeda estrangeira; (ii) disponibilidades e dívida em moeda estrangeira considerando, inclusive, a maturidade dos ativos e passivos expostos a oscilação cambial; (iii) instrumentos financeiros diversos, tais como instrumentos derivativos (swap, dólar x real, euro x dólar, contratos futuros de câmbio e hedge accounting);
- realização de operações de derivativos de proteção somente com bancos de primeira linha, diluindo o risco de crédito pela diversificação destes bancos;
- apresentação da posição financeira e exposição cambial, rotineiramente, em reuniões de Diretoria executiva e do Conselho de administração que aprovam a estratégia de proteção;

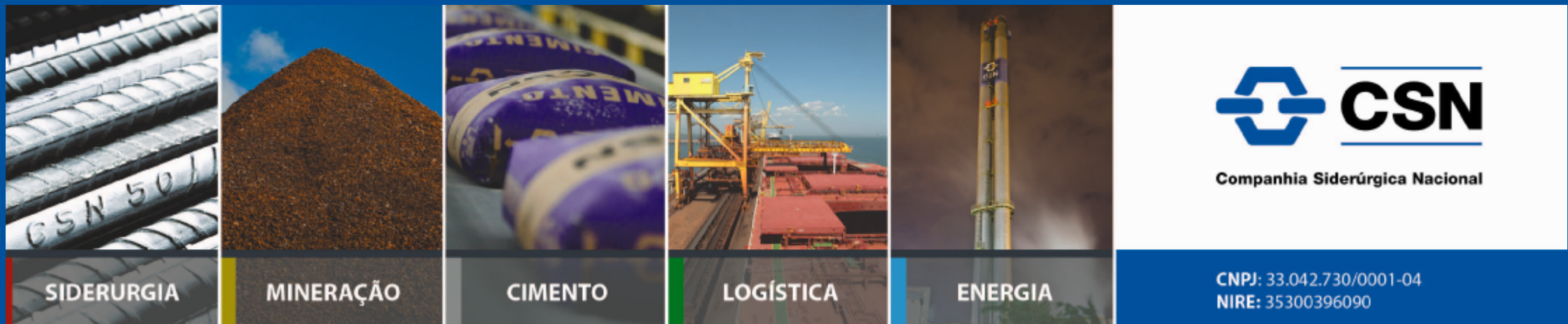
11.c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em Dólar e Euro ficando assim com sua exposição cambial líquida, que é efetivamente o risco de exposição em moeda estrangeira, conforme mencionado acima.

Exposição cambial

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

Exposição Cambial	31/12/2014	
	(Valores em US\$ mil)	(Valores em EUR mil)
Caixa e equivalente no exterior	2.943.232	9.957
Contas a receber	203.029	9.959
Empréstimos intercompany	137.082	
Outros Ativos	221	11.980
Total ativo	3.283.564	26.896
Empréstimos e financiamentos	(4.999.530)	(121.203)



...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Contrapartes	Vencimento da operação	Moeda Ncional	Ncional	31/12/2014		31/12/2013		31/12/2014			
				Valorização (RS)	Valor Justo (mercado)	Valorização (RS)	Valor Justo (mercado)	Valorização (RS)	Valor Justo (mercado)	Efeito no resultado financeiro em 2014	
Deutsche Bank	05/01/2015 a 05/02/2015	Dólar	140.000	370.134	(361.327)	8.807			21.157		
Goldman Sachs	06/01/2015 a 03/02/2015	Dólar	130.000	344.207	(329.258)	14.949			14.949		
Santander	03/02/2015	Dólar	30.000	79.224	(77.576)	1.648			1.648		
BTG Pactual		Dólar							3.565		
Total swap cambial (NDF) dólar x real			1.218.000	3.223.712	(3.070.461)	153.251	293.000	688.596	(689.193)	(597)	213.602
Itaú BBA	09/01/2015	Euro	60.000	197.366	(192.888)	4.478	30.000	94.858	(96.632)	(1.774)	18.375
HSBC	09/01/2015	Euro	30.000	98.688	(96.444)	2.244	30.000	94.900	(96.632)	(1.732)	14.681
Goldman Sachs		Euro					30.000	94.880	(96.632)	(1.752)	341
Total swap cambial (NDF) dólar x euro			90.000	296.054	(289.332)	6.722	90.000	284.638	(289.896)	(5.258)	33.397
DB	30/01/2015 a 06/03/2015	Dólar	30.604	81.343	(77.054)	4.289	11.801	27.878	(27.861)	17	3.667
Banco Novo		Dólar	18.009	47.866	(46.481)	1.385					1.385
BNPP	15/01/2015 a 06/07/2015	Dólar	31.516	83.768	(80.215)	3.553					3.553
Total swap cambial dólar x euro			80.129	212.977	(203.750)	9.227	11.801	27.878	(27.861)	17	8.605
CSFB		Dólar					21.500	36.526	(36.862)	(336)	(943)
Total swap taxa de juros Libor x CDI							21.500	36.526	(36.862)	(336)	(943)
Itaú BBA	01/03/2016	Real	150.000	168.496	(177.265)	(8.769)	150.000	152.610	(159.712)	(7.102)	(1.667)
HSBC	05/02/2016 a 01/03/2016	Real	185.000	206.843	(218.768)	(11.925)	185.000	187.395	(197.157)	(9.762)	(2.163)
Deutsche Bank	01/03/2016	Real	10.000	11.167	(11.774)	(607)	10.000	10.114	(10.625)	(511)	(96)
Total swap taxa de juros Pré x CDI			345.000	386.506	(407.807)	(21.301)	345.000	350.119	(367.494)	(17.375)	(3.926)
				4.149.663	(3.996.418)	153.245		1.651.272	(1.661.909)	(10.637)	238.000

11.d) Transações com instrumentos financeiros derivativos

• Classificação dos derivativos no balanço patrimonial e resultado

Instrumentos	31/12/2014			31/12/2013			Resultado financeiro líquido (Nota 23)
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Swap dólar x CDI	5.346		5.346				(12.735)
Swap (NDF) dólar x real	153.316		153.316	65		65	213.602
Swap (NDF) dólar x euro	6.722		6.722				33.397
Swap dólar x euro	9.227		9.227				8.605
Swap Libor x CDI (*)							(943)
Swap Pré x CDI				21.301	21.301	21.301	(3.926)
	174.611		174.611	65	21.301	21.366	238.000

(*) As posições das operações de swap foram liquidadas em maio de 2014, juntamente com seu pré-pagamento.
(**) As posições das operações de swap foram liquidadas em dezembro de 2013, juntamente com seu depósito em garantia.

Swap cambial dólar x CDI

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia mantinha posição comprada em swap cambial, onde recebe, na ponta ativa, variação cambial mais cupom de 3,5% ao ano em média, e paga 100% do CDI na ponta passiva do contrato de swap cambial.

Swap cambial (NDF) dólar x real

A Companhia realizou operações de *Non Deliverable Forward* (NDF) onde o objetivo é garantir a compra a termo de dólar, a liquidação ocorre, sem entrega física, pela diferença da paridade R\$/US\$ de compra contratada contra a paridade R\$/US\$ de venda, que é a Ptax Venda de D-1 ao vencimento. As operações são contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha, através do Mercado de Balcão e alocadas nos fundos exclusivos.

Swap cambial (NDF) dólar x euro

Além dos swaps citados acima, a Companhia também realizou NDFs (*Non Deliverable Forward*) de seus ativos em euros. Basicamente, a Companhia realizou derivativos financeiros de seus ativos em euros, nos quais receberá a diferença entre a variação cambial em dólares observada no período, multiplicado pelo valor de referência (ponta ativa) e paga a diferença entre a variação cambial em euros observada no período, sobre o valor em euros de referência na data da contratação (ponta passiva). Tratam-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, contratadas dentro dos fundos exclusivos.

Swap cambial dólar x euro

A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do dólar contra o euro.

Swap de taxa de juros (Pré x CDI)

Tem por objetivo atrelar obrigações, remuneradas a uma taxa pré-fixada, às oscilações da taxa de juros baseada na taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia (CDI), calculada e divulgada pela CETIP. Basicamente, a Companhia realizou swap de suas obrigações de taxas pré-fixadas, nos quais recebe juros sobre o valor notional (ponta ativa) e paga 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência na data da contratação (ponta passiva). Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações do CDI. Trata-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituição financeira de primeira linha.

• Hedge Accounting

A partir de 1º de novembro de 2014, a Companhia designou formalmente relações de *hedge* de fluxos de caixa para a proteção de fluxos futuros altamente prováveis expostos ao dólar.

Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* cambial no resultado da Companhia, a CSN designou parte dos seus passivos em dólar como instrumento de *hedge* de suas futuras exportações. Com isso, a variação cambial decorrente dos passivos designados será registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas exportações, permitindo assim que o reconhecimento do impacto do dólar sobre o passivo e sobre as exportações possam ser registrados no mesmo momento. Ressalta-se que a adoção dessa contabilidade de *hedge* não implica na contratação de qualquer instrumento financeiro. Foram designados US\$ 775 milhões em exportações a serem realizadas entre 15 de outubro de 2015 e 20 de maio de 2020.

Para suportar as designações supracitadas, a Companhia elaborou documentação formal indicando como a designação do *hedge* está alinhada ao objetivo e à estratégia da Política de Gestão de Riscos da CSN, identificando os instrumentos de proteção utilizados, o objeto de *hedge*, a natureza do risco a ser protegido e demonstrando a expectativa de alta efetividade das relações designadas. Foram designados instrumentos de dívida em montantes equivalentes à parcela das exportações futuras. Portanto, a variação do câmbio do instrumento e do objeto são similares. De acordo com a política contábil da Companhia, devem ser realizadas contínuas avaliações da efetividade prospectiva e retrospectiva, comparando os montantes designados com os valores esperados e aprovados nos orçamentos da Administração, bem como os montantes efetivamente exportados.

Através do *Hedge Accounting*, os ganhos e perdas com variações cambiais dos instrumentos financeiros de dívida não afetarão imediatamente o resultado da Companhia, mas apenas na medida em que as exportações forem realizadas.

O quadro abaixo apresenta o resumo das relações de *hedge* em 31 de dezembro de 2014:

Data de Designação	Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	31/12/2014	
					Montantes designados (US\$ mil)	Impacto sobre o patrimônio líquido
03/11/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2016 a Setembro de 2019	500.000	(106.000)
01/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2015 a Fevereiro de 2019	175.000	(16.818)
18/12/2014	Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Maio de 2020	100.000	2.185
Total					775.000	(120.633)

Nas relações de *hedge* descritas acima, os valores dos instrumentos de dívida foram integralmente designados para parcelas de exportações de minério de ferro equivalentes.

A movimentação dos valores relativos ao *hedge accounting* registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada como segue:

	31/12/2013	Adição	Reversão	31/12/2014
Hedge accounting de fluxo de caixa		120.633		120.633
IR e CS sobre hedge accounting de fluxo de caixa		(41.015)		(41.015)
Valor justo do hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos		79.618		79.618

Em 31 de dezembro de 2014 as relações de *hedge* estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge accounting* foi registrada.

• Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos e exposição cambial

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de valorização para volatilidade da moeda, utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2014 para swap cambial dólar x real R\$ 2,6562, para swap cambial euro x dólar US\$ 1,2149, para swap cambial dólar x euro US\$ 1,2149, para exposição cambial dólar x real R\$ 2,6562 e para exposição cambial euro x real 3,2270.

Instrumentos	31/12/2014			
	Valor de Referência	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário 1
Swap cambial dólar x CDI	10.000	Dólar	30.414 (7.604)	(15.207)
Swap cambial (NDF) dólar x real	1.218.000	Dólar	153.251 (805.928)	(1.611.856)
Hedge accounting de exportação	775.000	Dólar	120.633 (514.639)	(1.029.278)
Posição cambial Moeda funcional BRL (não incluindo derivativos cambiais acima)	(1.969.886)	Dólar	1.308.103	2.616.206
Posição cambial consolidada	33.114	Dólar	(20.068)	(40.135)
(incluindo derivativos cambiais acima)				
Swap cambial (NDF) dólar x euro	(90.000)	Euro	6.722	67.068
Posição cambial Moeda funcional BRL (não incluindo derivativos cambiais acima)	(143.723)	Euro	115.949	231.897
Posição cambial consolidada	(233.723)	Euro	183.017	364.194
(incluindo derivativos cambiais acima)				
Swap cambial dólar x euro	80.129	Dólar	9.227	43.511
				167.089

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2014 registrados no ativo e passivo da Companhia.

11.e) Risco de taxa de juros

Passivos de curto e longo prazo, indexados à taxa de juros flutuantes e índices de inflação. Devido a essa exposição, a Companhia mantém derivativos para melhor administrar esses riscos.

• Análise de sensibilidade swap de taxa de juros

Instrumentos	31/12/2014			
	Nacional	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário 1
Swap de taxa de juros Pré x CDI	345.000	CDI	21.301 (15.239)	(30.633)
Swap cambial dólar x CDI	10.000	CDI	25.068	(160)

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2014 registrados no ativo e passivo da companhia.

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de valorização para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2014.

• Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% nas taxas de juros em seus empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2014 na data das demonstrações financeiras consolidadas.

Variações nas taxas de juros	Impacto no resultado	
	% a.a.	31/12/2014
TJLP	5,00	2.548
Libor	0,36	792
CDI	11,57	86.198

11.f) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados na nota 10.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo provisão de juros.

	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.813.930	7.075.910	15.650.855	4.437.500	29.978.195
Instrumentos financeiros derivativos	65	21.301			21.366
Fornecedores	1.638.505				1.638.505
Dividendos e JCP	277.097				277.097
Em 31 de dezembro de 2013					
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.673.648	6.391.523	11.439.993	7.358.058	27.863.222
Instrumentos financeiros derivativos	6.822	17.375			24.197
Fornecedores	1.102.037				1.102.037
Dividendos e JCP	2.036				2.036

• Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo estimado para determinados empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidado foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, sendo comparado abaixo:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Mercado
Bônus Perpétuos	2.659.815	1.974.031	2.345.789	1.938.780
Fixed Rate Notes	6.232.986	6.267.272	5.661.978	6.032.207

• Riscos de crédito

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado Brasileiro.

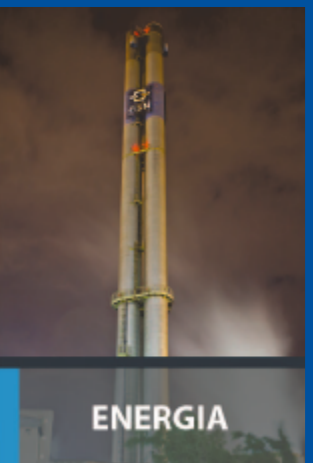
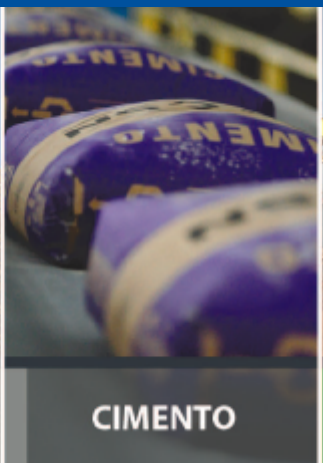
• Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital com objetivo de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O grupo de outras obrigações classificados no passivo circulante e não circulante possui a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivos com partes relacionadas (Nota 17 b)	249.758	422.150	9.236.716	8.522.685	339.613	735.880	9.810.648	8.873.825
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11 I)	65	6.822	21.301	17.375		336		
Dividendos e JCP a pagar acionistas controladores	152.966				152.966			</


 CNPJ: 33.042.730/0001-04
 NIRE: 35300396090

SIDERURGIA
MINERAÇÃO
CIMENTO
LOGÍSTICA
ENERGIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)
13.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

	Saldo Inicial		Movimentação		Consolidado
	31/12/2013	Resultado Abrangente	Resultado	Créditos Tributários (**)	Saldo Final 31/12/2014
Diferido Ativo					
Prejuízos fiscais de imposto de renda	1.132.296	(4.225)	41.533	(786.419)	383.185
Bases negativas de contribuição social	389.306		36.051	(349.695)	75.662
Diferenças temporárias	1.248.925	335.650	572.636		2.157.211
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	207.507		19.234		226.741
- Provisões para passivos ambientais	117.795		(45.870)		71.925
- Perdas estimadas em ativos	53.450		15.531		68.981
- Perdas estimadas em estoques	28.556		3.810		32.366
- (Ganhos)/perdas em instrumentos financeiros	(4.722)		(1.697)		(6.419)
- (Ganhos)/perdas ativos financeiros disponíveis para venda	287.876	260.715	69.700		618.291
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	131.938	32.360	2.499		166.797
- Provisão para consumos e serviços	91.807		(23.324)		68.483
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	27.749		2.103		29.852
- Ágio na incorporação	(123.172)	(19)	20.532		(102.659)
- Variações cambiais não realizadas (*)	546.041		464.966		1.011.007
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(224.096)				(224.096)
- Hedge Accounting de fluxo de caixa - Outras	108.196	41.015	1.579		154.927
Ativo Não Circulante	2.770.527	331.425	650.220	(1.136.114)	2.616.058
Diferido Passivo					
- Ajuste Fair Value - Aquisição SWT	252.109	(848)	(28.807)		222.454
- Outras	16.724	10	(296)		16.438
Passivo Não Circulante	268.833	(838)	(29.103)		238.892

	Saldo Inicial		Movimentação		Controladora
	31/12/2013	Resultado Abrangente	Resultado	Créditos Tributários (**)	Saldo Final 31/12/2014
Diferido Ativo					
Prejuízos fiscais de imposto de renda	919.910		86.910	(787.609)	219.211
Bases negativas de contribuição social	389.306		28.034	(341.678)	75.662
Diferenças temporárias	1.303.782	332.706	507.568		2.144.056
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	199.445		19.200		218.645
- Provisões para passivos ambientais	117.795		(45.870)		71.925
- Perdas estimadas em ativos	47.087		15.217		62.304
- Perdas estimadas em estoques	28.365		1.574		29.939
- (Ganhos)/perdas em instrumentos financeiros	(3.875)		(1.162)		(5.037)
- (Ganhos)/perdas ativos financeiros disponíveis para venda	264.172	262.439	67.786		594.397
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	132.063	29.252	2.448		163.763
- Provisão para consumos e serviços	89.767		(23.148)		66.619
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	26.179		(192)		25.987
- Variações cambiais não realizadas (*)	546.041		464.966		1.011.007
- (Ganho) na perda de controle da Transnordestina	(224.096)				(224.096)
- Hedge Accounting de fluxo de caixa - Outras	80.839	41.015	6.749		128.603
Ativo Não Circulante	2.612.998	332.706	622.512	(1.129.287)	2.438.929

(*) Utilização de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa da Companhia para liquidação de débitos fiscais, conforme previsto nas Leis nº 12.865/13, 12.996/14 e 13.043/14, vide nota 14. a.

Algumas empresas do Grupo registraram créditos tributários sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL não sujeitos a prazo prescricional e fundamentados no histórico de rentabilidade e na expectativa de lucros tributáveis futuros determinados em estudo técnico aprovado pela Administração, que considera, dentre outras premissas econômicas e financeiras, a fusão dos negócios de mineração da CSN com a Namisa, a internação de caixa mantido no exterior e eventos de liquidez relacionados a ativos não estratégicos. Por estarem sujeitos a fatores relevantes que podem modificar as projeções de realização, os valores contábeis do ativo fiscal diferido bem como as projeções são revistas anualmente. Tais estudos indicam a realização desses ativos fiscais dentro do prazo estipulado pela instrução CVM nº 371/02 e do limite de 30% do lucro real. A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Consolidado	Controladora
2015	83.429	37.897
2016	94.099	35.746
2017	100.868	40.778
2018	57.565	57.565
2019	42.003	42.003
2020 em diante	80.883	80.884
	458.847	294.873

Algumas empresas do Grupo no Brasil possuem saldo acumulado de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 268.164 e R\$ 284.243 respectivamente, para os quais não foi constituído imposto diferido. Adicionalmente, algumas empresas do Grupo residentes no exterior também possuem prejuízo fiscal no montante de R\$ 2.617.805, para os quais também não foi constituído ativo diferido. Do valor total de prejuízos fiscais do exterior, com base na legislação vigente nos países de residência destas controladas, R\$ 147.647 expiram em 2015, R\$ 43.935 em 2017, R\$ 7.972 em 2018, R\$ 148.508 em 2025, R\$ 19.101 em 2026, R\$ 46.130 em 2027, R\$ 69.959 em 2029 e R\$ 13.553 em 2032. No período de 2011 a 2014 foram gerados por essas subsidiárias lucros no montante de R\$ 3.788.574. Caso as autoridades fiscais entendam que tais lucros já foram disponibilizados, a tributação adicional no Brasil pelo imposto de renda e pela contribuição social, se devido fosse, seria de aproximadamente R\$ 1.288.115. A Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, avaliou apenas como possível a probabilidade de perda em caso de eventual questionamento fiscal e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

• Lei nº 12.973/14

A Lei nº 12.973, publicada em maio de 2014, revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ; (ii) alterações na legislação pertinente à CSLL; (iii) definição de que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em Lei comercial, não terá implicação na apuração dos tributos federais até ser devidamente regulamentada; (iv) inclusão de tratamento específico acerca da tributação de lucros ou dividendos referentes ao ano calendário de 2014; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de janeiro de 2015, ainda que as empresas possam optar pela sua antecipação, de forma irretroativa, para o ano de 2014. A Companhia elaborou estudos sobre os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação antecipada das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não resultaria em ajustes relevantes (nem positivos) nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, pelo que optou pela não antecipação.

13.c) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido	65.372	33.012	65.247	32.876
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(140.859)	(401.574)	(130.135)	(392.574)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(425.510)	(425.510)	(425.510)	(425.510)
Hedge Accounting de fluxo de caixa	41.015		41.015	
	(459.982)	(794.072)	(449.383)	(785.208)

13.d) Incentivos fiscais

A Companhia usufrui de incentivos fiscais de Imposto de Renda baseados na legislação vigente tais como: Programa de Alimentação do Trabalhador, Lei Rouanet, Incentivos Fiscais de Atividade Audiovisual, Fundos do Direito da Criança e do Adolescente, Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência e Lei do Idoso. Em 31 de dezembro de 2014, somavam o montante de R\$ 3.487 (R\$ 329 em 31 de dezembro de 2013).

14. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos dos Refis e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme nota 12, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Refis Federal Lei 11.941/09 (a)	9.942	140.446	1.001.630	9.173	121.399			845.838
Refis Federal Lei 12.865/13 (a)		27.124	384.872		27.167			384.872
Demais Parcelamentos (b)	23.416	79.817	20.728	68.336	14.175	70.101	1.823	63.956
	33.358	247.387	20.728	1.454.838	23.348	218.667	1.823	1.294.666

14.a) Programa de recuperação fiscal (Refis Federal) - Lei 11.941/09 e Lei 13.043/14
• Programa de parcelamento da Lei Federal 11.941/09

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento da Lei 11.941/09, onde indicou para liquidação na modalidade À Vista, débitos que possuem depósito judicial. O grupo aguarda a homologação por parte da RFB e PGFN sobre estes casos que somam R\$ 9.942.

• Programa de parcelamento da Lei Federal 12.865/13
a. Reinclusão do parcelamento de lucros no exterior (Lei 12.865/13)

A Companhia informou no item (b) da seção de "Outros Processos Administrativos e Judiciais" do item 15 das Notas Explicativas do 3º ITR/2014 (Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais) que foi intimada do indeferimento da sua solicitação de parcelamento de débitos de IRPJ e CSLL regulamentado pela Lei 12.862/2013, também conhecido como parcelamento de Lucros no Exterior, no valor de R\$ 1.585.174. O fundamento desta decisão foi, em síntese, a inconsistência quanto aos valores de juros declarados. Contra esta decisão foi interposto recurso hierárquico onde foi informado que os referidos juros foram liquidados no programa de parcelamento da Lei 11.941/2009, reaberto pela Lei 12.996/14.

Posteriormente, em razão da publicação da Portaria Conjunta n.13/2014, que permitiu a regularização de valores caso houvesse alguma divergência entre o entendimento da RFB e do contribuinte quanto ao valor a ser parcelado, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 18.083 e, com isso, regularizou os valores da entrada e das parcelas já vencidas.

A Receita Federal, em seguida, acatou o pagamento e restabeleceu o parcelamento, motivo pelo qual a contingência indicada no 3º ITR/2014 foi baixa dos nossos controles.

b. Revisão do crédito tributário do parcelamento de lucros no exterior (Lei 12.865/13)

Em novembro de 2013 a Companhia optou pelo programa de parcelamento da Lei Federal 12.865. Este programa sofreu revisão nos valores de crédito tributário - no aspecto qualitativo - em dezembro de 2014. Dessa forma, os valores ajustados de crédito de prejuízo fiscal e base negativa foi de R\$ 25.507 no consolidado e R\$ 58.649 na controladora.

• Reabertura do prazo - (Lei Federal 11.941/09) - pela Lei Federal 12.996/14

Em agosto de 2014 a Cia. ingressou no programa que possibilitava o parcelamento de débitos com reduções de multas e juros e pagamento com créditos tributários. A adesão foi realizada na modalidade 180 parcelas com utilização de crédito de prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 26.905 no consolidado e controladora. O programa está sujeito à homologação pelas autoridades fiscais.

• Quitação antecipada de débitos - Lei Federal 13.043/14

Em novembro de 2014, a Companhia aderiu ao Programa de Quitação Antecipada de Débitos estabelecido pelo Governo Federal. A finalidade do programa foi possibilitar ao contribuinte a liquidação de todos os parcelamentos de débitos federais ativos com pagamento de, pelo menos, 30% do valor total em dinheiro e o saldo remanescente com crédito de Prejuízo Fiscal de Imposto de Renda e Base Negativa de CSLL. A Companhia liquidou um total de R\$ 1.603.970 em débitos parcelados. Teve impacto de caixa pela entrada de 30% de R\$ 481.191 e pela antecipação dos programas de parcelamento da Lei 11.941/09 de R\$ 20.336. O saldo remanescente foi liquidado com crédito fiscal no valor de R\$ 1.083.702, sendo que a controladora utilizou R\$ 962.371 e realizou cessão de crédito para as demais empresas do grupo no valor de R\$ 81.360. O Grupo aguarda a homologação por parte da RFB e PGFN.

O quadro a seguir demonstra as movimentações citadas acima:

	Consolidado	Controladora
Valor Débitos Parcelados	1.603.970	1.426.447
Entrada em Dinheiro (30%)	(481.191)	(427.934)
Crédito Fiscal (Prejuízo Fiscal/Base Negativa)	(1.083.702)	(962.371)
Descontos Parcelamento Lei 11.941/09	(39.077)	(36.142)
Antecipação Parcelamento Lei 11.941/09 (*)	(20.336)	(9.958)
(*) Valores pagos em dinheiro referentes à antecipação exigida pela Lei 11.941/09 para possibilitar o ingresso dos débitos no programa da Quitação Antecipada da Lei 13.043/14.		

14.b) Demais parcelamentos (ordinários e outros)

Algumas empresas do Grupo possuem parcelamentos junto à RFB e a autoridades fiscais estaduais.

15. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2014		31/12/2013	
	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais
Fiscais	129.524	77.836	428.141	469.692
Previdenciárias e Trabalhistas	506.520	182.589	298.637	185.104
Cíveis	106.143	17.897	82.143	29.022
Ambientais	3.981	1.697	4.262	961
Depósitos Cautionados		8.785		8.935
	746.168	288.804	813.183	693.714
			638.233	239.902

A movimentação das provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais no exercício financeiro de 2014 pode ser assim demonstrada:

Natureza	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão
Fiscal	428.141	51.983	13.324	(363.924)
Previdenciário	47.261	9.952	5.064	62.277
Trabalhista	251.376	313.634	47.711	(168.478)
Cível	82.143	5.845	30.062	(11.907)
Ambiental	4.262	450	346	(1.077)
	813.183	381.864	96.507	(545.386)
			711.360	650.463

Natureza	Consolidado		Controladora	
	31/12/2013	Adições	Atualização líquida	Utilização líquida de reversão
Fiscal	387.315	50.323	11.799	(340.264)
Previdenciário	46.537	9.172	5.789	61.498
Trabalhista	207.579	287.867	24.690	(142.912)
Cível	65.667	1.647	28.896	(9.850)
Ambiental	4.262	450	344	(1.078)
	711.360	349.459	71.518	(494.104)
			638.233	638.233

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

Processos tributários

Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos como probabilidade de perda provável, que figuram como parte a CSN ou suas controladas, de natureza tributária são (i) Auto de Infração para cobrança de ICMS e FIEP decorrente da duplicidade na escrituração/emissão das notas fiscais de importação; (ii) Auto de Infração para cobrança de ICMS por suposto não recolhimento do imposto referente a importação de mercadorias; (iii) Execução Fiscal para cobrança de ICMS declarado e não pago; (iv) Auto de infração para cobrança de ICMS em razão da ausência de recolhimento de diferencial de alíquotas deste imposto relativo a entrada de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e destinadas a consumo e ativo fixo da Empresa e; (v) Cobrança de IRPJ/CSLL decorrente de declaração não homologadas por inexistência de direito creditório.

As principais reduções, comparando com a demonstrações financeiras de 2013, se deram em razão da adesão ao REFIS concedido pela reabertura da Lei nº 11.941/2009 de processos já considerados como probabilidade de perda provável, principalmente de processos que cobravam tributos federais decorrente de compensações indevidas bem como pela baixa da provisão de autos de infração referentes à transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação, sendo exigido pelo fisco Estadual do RJ: (i) a diferença do ICMS incidente na operação, (ii) glosa de suposto crédito de ICMS apropriado em duplicidade nos livros fiscais, e (iii) multa pelo não escrituração de notas fiscais. No segundo caso, durante o primeiro trimestre de 2014, em linha com a política contábil da Companhia de reversão contínua dos prognósticos de perda dos processos e andamento, a Administração, apoiada pelos seus assessores jurídicos internos e externos, reavaliou as premissas envolvendo essas autuações e, em face da jurisprudência favorável do Superior Tribunal de Justiça, bem como da evolução processual e ainda, pela existência de argumentos novos e consistentes para afastar as autuações, avaliou que são boas as perspectivas de êxito nestes processos e ainda, pela existência de argumentos novos e consistentes para afastar as autuações, avaliou que são boas as perspectivas de êxito nestes processos e ainda, pela existência de argumentos novos e consistentes para afastar as autuações, avaliou que são boas as perspectivas de êxito nestes processos e ainda, pela existência de argumentos novos e consistentes para afastar as autuações, avaliou que são boas as perspectivas de ê



Companhia Siderúrgica Nacional

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (f) R\$ 446.907 referentes à glosa dos créditos de ICMS apropriado pela Companhia no período de 04/99 a 07/02 na transferência de minério entre Casa de Pedra e Usina Presidente Vargas. Segundo a fiscalização a base de cálculo aplicada na transferência, em consonância com a legislação do Estado de Minas Gerais, não é admitida pela legislação do Estado do Rio de Janeiro, motivo pelo qual procedeu a glosa da diferença.
(g) R\$ 257.536 referentes à glosa de créditos de ICMS adquiridos pela compra dos estabelecimentos de sua subsidiária INAL localizados no Estado do Rio de Janeiro. Segundo a fiscalização, a compra de estabelecimento não gera o direito ao crédito do ICMS. Em face destas autuações a Companhia impetrou um Mandado de Segurança à época sendo reconhecido o seu direito de proceder a alteração do cadastro de contribuintes do Estado, fazendo constar que os estabelecimentos adquiridos são CSN. Esta decisão nos favorece e poderá ser aplicada no julgamento dos nossos recursos junto ao Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.
(h) R\$ 230.261 trata-se de transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação, sendo exigido pelo fisco: (i) a diferença do ICMS incidente na operação, (ii) glosa de suposto crédito de ICMS apropriado em duplicidade nos livros fiscais, e (iii) multa pela não escrituração de notas fiscais.
(i) R\$ 362.489 refere-se à glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa decorrente de ajustes no SAPLI (Sistema de Acompanhamento de Prejuízos e Lucros Inflacionários) realizados pela Receita Federal em razão de autos de infração lavrados no período de 2008 a 2010.
(j) R\$ 2.870.796 referentes a outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais).
(k) Em 14 de junho de 2010, o Tribunal Regional Federal de Brasília julgou improcedente a ação anulatória promovida pela CSN contra o CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que visava a anular a autuação imposta por suposta prática das infrações previstas nos artigos 20 e 21, inciso I, da Lei 8.884/1984. Contra essa decisão foram apresentados os competentes recursos, os quais tiveram provimento negado ensejando a oposição de recursos constitucionais os quais se encontram pendentes de julgamento. A cobrança da multa no valor de R\$ 63.463 está suspensa por decisão do Tribunal, que deferiu efeito suspensivo cautelar a partir da garantia do débito por carta fiança ofertada pela CSN.
(l) R\$ 1.369.004 de processos trabalhistas e previdenciários; R\$ 382.641 de civis e R\$ 115.024 de ambientais.
As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

na conta de outras despesas operacionais. No segundo trimestre de 2014, a Companhia concluiu um novo estudo de alternativas de remediação de algumas áreas em Volta Redonda (RJ), as quais foram utilizadas no passado pela Companhia. O estudo contemplou a mudança na tecnologia de remediação, substituindo a remoção do material pelo confinamento geotécnico in situ, conforme permitido pela legislação ambiental brasileira, resultando uma reversão no valor de R\$ 120.582.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

A taxa de juros de longo prazo utilizada para desconto a valor presente da provisão para 31 de dezembro de 2014 foi de 11,00%. O passivo constituído é atualizado periodicamente, tendo como base o índice de inflação (IGPM) do período, em referência.

16.b) Desativação de ativos

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

17. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

17.a) Transações com controladores

A Vicunha Siderurgia S.A. é uma Holding que tem por finalidade participar em outras sociedades sendo a principal acionista da Companhia detendo 51,34% de participação no capital votante.
A Rio laco Participações S.A. detém participação de 4,28% no capital votante da CSN.

Passivo

Table with columns: Empresas, Dividendos, Propostos, Pagos, Juros sobre Capital Próprio. Rows include Vicunha Siderurgia, Rio laco, Total em 31/12/2014, Total em 31/12/2013.

A estrutura societária da Vicunha Siderurgia é a seguinte (informações não auditadas):

- Vicunha Aços S.A. - detém participação de 99,99% na Vicunha Siderurgia S.A.
Vicunha Steel S.A. - detém participação de 66,96% na Vicunha Aços S.A.
National Steel S.A. - detém participação de 33,04% na Vicunha Aços S.A.
CFL Participações S.A. - detém participação de 40% na National Steel S.A. e 39,99% na Vicunha Steel S.A.
Rio Purus Participações S.A. - detém participação de 60% na National Steel S.A. 59,99% na Vicunha Steel S.A. e 99,99% na Rio laco Participações S.A.

16. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

Table with columns: Consolidado, Controladora, 31/12/2014, 31/12/2013. Rows include Passivo Ambiental, Desativação de ativos.

16.a) Passivos ambientais

Em 31 de dezembro de 2014 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas

17.b) Transações com controladas, controladas em conjunto, coligadas, fundos exclusivos e outras partes relacionadas

Por operação

Table with columns: Ativo, Circulante, Não Circulante, Total, Passivo, Circulante, Não Circulante, Total, Vendas, Compras, Receitas e Despesas Financeiras Líquidas, Resultado. Rows include Contas a receber, Empréstimos, Dividendos a receber, Ativo Atuarial, Outros Créditos (nota 6), Total em 31/12/2014, Total em 31/12/2013, Resultado, Receitas, Despesas, Total em 31/12/2014, Total em 31/12/2013.

Por empresa

Table with columns: Ativo, Circulante, Não Circulante, Total, Passivo, Circulante, Não Circulante, Total, Vendas, Compras, Receitas e Despesas Financeiras Líquidas, Resultado. Rows include Controladas, Controladas em Conjunto, Outras Partes Relacionadas, Coligadas.

- (1) Refere-se a empréstimos da controlada FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. com a controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A.
(2) Nacional Minérios S.A.: Ativo: Refere-se principalmente a operações de Pré-Pagamento com as controladas indiretas CSN Europe, CSN Export e CSN Metals. Contratos em US\$: juros de 5,37% à 6,80% a.a. com vencimento final em junho de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos totalizam R\$ 364.118 (R\$ 360.990 em 31 de dezembro de 2013) classificados no curto prazo. Passivo: O adiantamento de clientes da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. refere-se a obrigações contratuais de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários. Os contratos têm taxa de juros de 12,5% a.a. e vencimento previsto para setembro de 2042. Conforme divulgado na nota explicativa 7.d), a Companhia assinou acordo de investimentos para a nova aliança estratégica formada com o Consórcio Asiático. Durante os procedimentos necessários para o fechamento da transação, os juros previstos nos contratos de adiantamento foram cancelados, porém uma condição resolútiva foi criada reestabelecendo a cobrança dos juros respectivamente caso o fechamento da transação não ocorra. O fechamento da transação está sujeito ao consenso entre as partes sobre um plano de negócios, as aprovações regulatórias de autoridades antitruste e de autoridades governamentais responsáveis pela regulação de direitos minerários, além de outras condições precedentes comuns nesse tipo de transação. A data de fechamento está prevista para ocorrer no final de 2015.
(3) Transnordestina Logística S.A.: Contratos em R\$: Juros de 108,00% CDI com vencimento final para dezembro 2016. Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos totalizam R\$ 141.358 (R\$ 270.693 em 31 de dezembro de 2013) sendo R\$ 100.397 classificados no curto prazo e R\$ 40.961 classificados no longo prazo.

Por operação

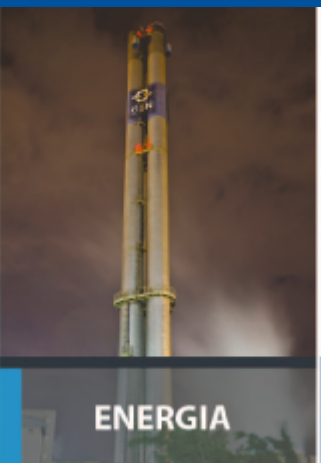
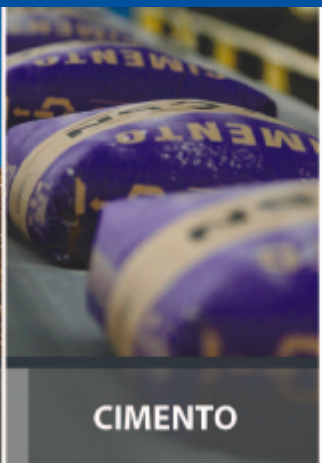
Table with columns: Ativo, Circulante, Não Circulante, Total, Passivo, Circulante, Não Circulante, Total. Rows include Contas a receber (1), Empréstimos, Dividendos a receber, Ativo Atuarial, Aplicações financeiras/Investimentos (2), Outros Créditos (4), Total em 31/12/2014, Total em 31/12/2013, Resultado, Receitas, Despesas, Total em 31/12/2014, Total em 31/12/2013.

- (1) O contas a receber são decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços entre a controladora, controladas e controladas em conjunto.
(2) As aplicações financeiras totalizam R\$ 396.914 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 100.560 em 31 de dezembro de 2013) e os investimentos em ações da Usiminas classificados como investimentos disponíveis para venda, totalizam R\$ 87.475 (R\$ 134.543 em 31 de dezembro de 2013).
(3) Nacional Minérios S.A.: Adiantamento de clientes da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. conforme mencionado acima.
(4) Circulante: Refere-se principalmente a operações de cessão de créditos de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social com as empresas Sepetiba Tecon, CSN Energia, Companhia Metalúrgica Prada, FTL - Ferrovia Transnordestina Logística, Companhia Brasileira de Latas, Rimet e Companhia de Embalagens Metálicas MMSA.
Não Circulante: Refere-se principalmente à operação de adiantamento para futuro aumento de capital com as empresas Transnordestina Logística, FTL - Ferrovia Transnordestina, CSN Energia e Companhia Florestal do Brasil.

Por empresa

Table with columns: Ativo, Circulante, Não Circulante, Total, Passivo, Circulante, Não Circulante, Total, Vendas, Compras, Receitas e Despesas Financeiras Líquidas, Variações Cambiais Líquidas, Resultado. Rows include Controladas, Companhia Metalúrgica Nordeste, Companhia Metalúrgica Prada (1), CSN Cimentos S.A. (2), Estando de Rondônia S.A., Florestal Brasil S.A., Sepetiba Tecon S.A., Mineração Nacional, Congonhas Minérios S.A. (3), CSN Energia S.A., Ferrovia Transnordestina Logística S.A., ITA Energética S.A., Companhia Brasileira de Latas, Companhia Siderúrgica Nacional, LLC, CSN Portugal, Unipessoal Lda., CSN Europe Lda., CSN Resources S.A. (4), CSN Export Europe, S.L., Lusosider Aços Planos, S.A., CSN Handel GmbH (5), CSN Islands XII Corp. (6), CSN Ibéria Lda., Stahlwerk Thuringen GmbH.

continua...



SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Table with columns for 31/12/2014, Consolidado 31/12/2013, 31/12/2014, Controladora 31/12/2013, Resultado, Siderurgia, Mineração, Logística (Portuária, Ferroviária, Energia, Cimento), Despesas Corporativas/ Eliminação, and Consolidado. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, and Resultado financeiro líquido.

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura do Grupo, os negócios estão distribuídos e gerenciados em cinco segmentos operacionais conforme a seguir:

- Siderurgia: O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha.
Mineração: Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho. As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero em MG.
Logística: A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S.A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que operam a antiga Malha Nordeste da RFFSA.
i. Ferroviária: A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S.A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que operam a antiga Malha Nordeste da RFFSA.
a) MRS: Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais.
b) TLSA e FTL: A TLSA e a FTL detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA.
ii. Portuária: O segmento de Logística portuária consolida a Operação do terminal construído no período pós-privatização dos portos, o Sepetiba Tecon.
Energia: A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência.

Table showing EBITDA ajustado and vendas por área geográfica for 31/12/2014 and 31/12/2013. Rows include Ásia, América do Norte, América Latina, Europa, and Outras.

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas subsidiárias que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, presidido pelo presidente do fundo de pensão e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes.
Até dezembro de 1995, a CBS Previdência administrava dois planos de benefício definido baseados em anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Em 27 de dezembro de 1995, a então Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") aprovou a implementação de um novo plano de benefício, vigente a partir da referida data, denominado Plano Misto de Benefício Suplementar ("Plano Misto"), estruturado sob a forma de plano de contribuição variável. Funcionários contratados após essa data podem aderir apenas ao novo plano ("Plano Misto"). Adicionalmente, todos os funcionários ativos que foram participantes dos antigos planos de benefícios definido tiveram a oportunidade de mudar para o novo Plano Misto. Em 31 de dezembro de 2014 a CBS tinha 34.562 participantes (33.939 em 31 de dezembro de 2013), dos quais 20.252 eram contribuintes ativos (19.325 em 31 de dezembro de 2013), 9.271 eram funcionários aposentados (9.460 em 31 de dezembro de 2013) e 5.039 eram beneficiários vinculados (5.154 em 31 de dezembro de 2013). Do total de participantes em 31 de dezembro de 2014, 12.559 pertencem ao plano de benefício definido, 16.604 ao plano misto, 1.767 ao plano CBSPrev Namisa e 3.632 ao plano CBSPrev.
Os recursos garantidores da CBS estão investidos, principalmente, em operações compromissadas (com lastro em títulos públicos federais), títulos públicos federais indexados à inflação, ações, empréstimos e imóveis. Em 31 de dezembro de 2014 a CBS detinha 12.788.231 ações ordinárias da CSN (12.788.231 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2013). Os recursos garantidores totais da entidade totalizaram R\$ 4,2 bilhões em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 4,1 bilhões em 31 de dezembro de 2013). Os administradores de fundos da CBS procuram combinar os ativos do plano com as obrigações de benefício a pagar no longo prazo. Os fundos de pensão no Brasil estão sujeitos a certas restrições relacionadas à sua capacidade de investimento em ativos estrangeiros e, consequentemente, os fundos investem principalmente em títulos no Brasil. São considerados Recursos Garantidores, os ativos disponíveis e de investimentos dos Planos de Benefícios, não computados os valores de dívidas contratadas com patrocinadores.
Para os planos de benefício definido "35% da média salarial" e "Plano de Suplementação da média salarial", a Companhia mantém garantia financeira com a CBS Previdência, entidade que administra os mencionados planos, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro e atuarial, caso venha a ocorrer qualquer situação futura de perda atuarial ou ganho atuarial.
Atendendo ao previsto em legislação vigente, específica para o mercado de fundos de pensão, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014, não houve necessidade de pagamento das parcelas por parte da CSN, visto que os planos de benefício definido apresentaram ganhos atuariais no período.

25.a) Descrição dos planos de pensão

Plano de 35% da média salarial: Este plano teve início em 01 de fevereiro de 1966 e é um plano de benefício definido, cujo objetivo é pagar aposentadorias (tempo de serviço, especial, invalidez ou velhice) de forma vitalícia, equivalente a 35% da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. O plano também garante o pagamento de auxílio doença ao participante licenciado pela Previdência Oficial e garante, ainda, o pagamento de pecúlio, auxílio morte e auxílio pecuniário. Este plano foi desativado em 31 de outubro de 1977, quando entrou em vigor o plano de suplementação da média salarial.

Plano de suplementação da média salarial: Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício suplementar.

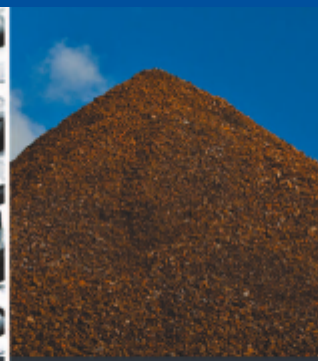
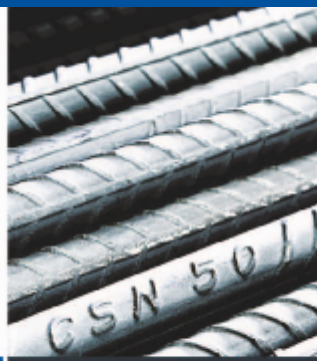
Plano misto de benefício suplementar: Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido. Este plano foi desativado em 16 de outubro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev.

Plano CBS Prev: Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBS Prev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano, o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício. Com a criação do plano CBSPrev, o Plano misto de benefício suplementar foi desativado para entrada de novos participantes a partir de 16 de setembro de 2013.

25.b) Política de investimento: A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (Asset Liability Management), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano. O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC nº 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução nº 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

25.c) Benefícios a empregados: Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e IAS 19 - Employee Benefits.

Table with columns for 31/12/2014, Resultado, Siderurgia, Mineração, Logística (Portuária, Ferroviária, Energia, Cimento), Despesas Corporativas/ Eliminação, and Consolidado. Rows include Toneladas (mil) - (não revisado) (*), Receitas líquidas, Mercado interno, Mercado externo, Total receita líquida (nota 20), Custo produtos e serviços vendidos (Nota 21), Lucro Bruto, Despesas vendas e administrativas (Nota 21), Depreciação (Nota 8 b), Ebitda proporcional de controladas em conjunto, EBITDA ajustado, Vendas por área geográfica (Ásia, América do Norte, América Latina, Europa, Outras), Mercado externo, Mercado interno, and Total.



CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2014 é demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	(2.684.783)	(2.923.483)
Retorno esperado dos ativos do plano	(305.469)	(263.410)
Benefícios pagos	209.891	208.951
Ganhos/(perdas) atuariais	34.527	293.159
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(2.745.834)	(2.684.783)

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Custos de serviços correntes	10.114	6.375
Custos de juros	255.573	239.310
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(305.469)	(263.410)
Juros sobre o efeito do limite de ativo	39.733	16.908
	(49)	(817)
Total dos custos/(receita) não reconhecida (*)	117	168
Total dos custos/(receita) reconhecido na demonstração do resultado	(166)	(985)
Total dos custos (receitas), líquidos (*)	(49)	(817)

(*) Efeito do limite do parágrafo 58 (b) do CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados IAS 19 - Employee Benefits.

O (custo)/receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais em 2014 está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
(Ganhos) e perdas atuariais	224.160	(146.823)
Restrição devido à limitação de recuperação	(224.099)	137.336
	61	(9.487)
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecido em outros resultados abrangentes	178	(9.319)
(Ganhos) e perdas atuariais não reconhecidos	(117)	(168)
Custo total de (ganhos) e perdas atuariais (*)	61	(9.487)

(*) Perda atuarial é decorrente de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.

Abertura dos ganhos ou perdas atuarial, requerida com base no item 141 do CPC 33(R1):

	31/12/2014
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses demográficas	127
(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses financeiras	77.197
(Ganho)/perda decorrente de ajustes da experiência	112.812
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)	34.024
(Ganhos) e perdas atuariais	224.160

O histórico de ganhos e perdas atuariais é como segue:

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações do benefício definido	2.508.441	2.263.012	2.666.261	2.153.649	1.982.556
Valor justo dos ativos do plano	(2.745.834)	(2.684.783)	(2.923.483)	(2.384.450)	(2.316.018)
Déficit/(Superávit)	(237.393)	(421.771)	(257.222)	(230.801)	(333.462)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	189.633	(439.983)	484.524	141.674	225.341
Ajustes de experiência nos ativos do plano	34.527	(293.159)	456.393	(81.038)	40.669

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Valor utilizado como estimativa do patrimônio de fechamento do exercício	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados de outubro	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados de outubro
Taxa de desconto nominal	12,20%	11,83%
Taxa de inflação	5,70%	5,00%
Taxa de aumento nominal do salário	6,76%	6,05%
Taxa de aumento nominal do benefício	5,70%	6,05%
Taxa de retorno dos investimentos	12,20%	11,83%
Tábua de mortalidade geral	Plano Milênio e Plano de Assistência Médica: AT 2000 segregada por sexo	Plano Milênio e Plano de Assistência Médica: AT 2000 segregada por sexo
	Planos 35% e Suplementação da Média Salarial: AT 2000 segregada por sexo (suavizada em 10%)	Planos 35% e Suplementação da Média Salarial: AT 2000 segregada por sexo (suavizada)
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability com probabilidades multiplicadas por 2	Mercer Disability com probabilidades multiplicadas por 2
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 3% ao ano, nula para os planos BD	Plano milênio 3% ao ano, nula para os planos BD
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

As premissas referente a tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos do empregado que se aposenta aos 65 anos, dados:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Plano BD (*)	Milênio (*)	Plano BD (*)	Milênio (*)
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais				
Masculino	20,45	19,55	20,45	20,45
Feminino	23,02	22,17	23,02	23,02
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais de 40 anos				
Masculino	42,69	41,59	20,45	20,45
Feminino	46,29	45,30	23,02	23,02

(*) Plano BD compõe o Plano 35% e Suplementação da Média Salarial e o Plano Milênio compõe o Plano Misto de Benefício complementar.

	31/12/2014		31/12/2013	
Renda Variável	38.167	1,61%	118.596	4,42%
Renda Fixa	2.538.297	93,59%	2.398.472	89,34%
Imóveis	112.900	3,24%	107.386	4,00%
Outros	56.470	1,56%	60.329	2,24%
Total	2.745.834	100,00%	2.684.783	100,00%

Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN. Ativos em renda fixa são compostos principalmente de debêntures, Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN-B"). Os bens imóveis referem-se a edifícios avaliados por uma empresa especializada de avaliação de ativos. Não existem ativos em uso pela CSN e suas subsidiárias.

Para os planos de benefício definido a despesa em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 763 (R\$ 740 em 31 de dezembro de 2013). Para o plano misto de benefício complementar, que possui componentes de contribuição definida, a despesa em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 31.053 (R\$ 31.542 em 31 de dezembro de 2013).

Para o plano de contribuição definida CBSPrev Namisa, a despesa em 2014 foi de R\$ 1.637 (R\$ 1.427 em 31 de dezembro de 2013).

Para o plano de contribuição definido CBSPrev, a despesa em 2014 foi de R\$ 1.959.

25.d) Contribuições esperadas

Não há contribuições esperadas que serão pagas para os planos de benefícios definidos em 2015. Para o plano misto de benefício complementar, que possui componentes de contribuição definida, as contribuições esperadas de R\$ 31.451 serão pagas em 2015.

26. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total	
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Transnordestina Logística	R\$	Até 19/09/2056 e Indeterminado	2.451.682	1.875.360	38.766	20.600	5.975	168.009	2.496.423	2.063.969
FTL - Ferrovia Transnordestina	R\$	15/11/2020	140.550	125.250			142		140.692	125.250
CSN Cimentos	R\$	Até 25/10/2015 e Indeterminado			26.423	26.423	39.776	39.287	66.199	65.710
Prada	R\$	Até 10/02/2016 e Indeterminado			10.133	10.133	19.340	21.916	29.473	32.049
CSN Energia	R\$	Indeterminado			2.829	2.829			2.829	2.829
Congonhas Minérios	R\$	21/05/2019	2.000.000	2.000.000					2.000.000	2.000.000
Fundação CSN	R\$	Indeterminado	1.003	1.003					1.003	1.003
Estanho de Rondônia	R\$	01/01/2015					106		106	
Total em R\$			4.593.235	4.001.613	78.151	59.985	65.339	229.212	4.736.725	4.290.810
CSN Islands IX	US\$	15/01/2015	400.000	400.000					400.000	400.000
CSN Islands XI	US\$	21/09/2019	750.000	750.000					750.000	750.000
CSN Islands XII	US\$	Perpétuo	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
CSN Resources	US\$	21/07/2020	1.200.000	1.200.000					1.200.000	1.200.000
Sepetiba Tecon	US\$								15.708	15.708
CSN Handel	US\$	27/06/2015	100.000	100.000					100.000	100.000
Total em US\$			3.450.000	3.465.708					3.450.000	3.465.708
CSN Steel S.L.	EUR	31/01/2020	120.000	120.000					120.000	120.000
Lusosider Açores Planos	EUR	Indeterminado	25.000						25.000	
Total em EUR			145.000	120.000					145.000	120.000
Total em R\$			9.631.805	8.505.948	78.151	59.985	65.339	229.212	9.631.805	8.505.948
			14.225.040	12.507.561					14.368.530	12.796.758

25.e) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para os planos de pensão em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada abaixo:

	Plano de 35% da Média Salarial		Plano de Suplementação da Média Salarial		Plano Misto de Benefício Suplementar (Plano Milênio)	
Hipótese: Taxa de Desconto						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	77	(97)	(135)	56	(132)	132
Efeito no valor presente das obrigações	(13.448)	14.506	(61.965)	66.960	(33.825)	36.725
Hipótese: Crescimento Salarial						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais						
Efeito no valor presente das obrigações			2	(2)	5.096	(4.450)
Hipótese: Tábua de Mortalidade						
Nível de sensibilidade	1,0%	-1,0%	1,0%	-1,0%	1,0%	-1,0%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(965)	955	(3.842)	3.763	167	(152)
Efeito no valor presente das obrigações	(7.884)	7.802	(31.519)	30.872	(3.645)	3.736
Hipótese: Reajuste de Benefícios						
Nível de sensibilidade	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%	-0,5%
Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	590	(550)	1.595	(1.479)		
Efeito no valor presente das obrigações	5.033	(4.691)	13.665	(12.675)		

Seguem os benefícios esperados para os exercícios futuros para os planos de benefícios definidos:

	Pagamento de benefícios esperados		2014	
Ano 1			206.507	
Ano 2			222.594	
Ano 3			232.195	
Ano 4			241.941	
Ano 5			251.782	
Próximos 5 anos			1.416.758	
Total de pagamentos esperados			2.571.777	

25.f) Plano de benefício de saúde - pós-emprego

Refere-se ao plano de saúde criado em 01 de dezembro de 1996 exclusivamente para contemplar ex-empregados aposentados, pensionistas, anistiados, ex-combatentes, viúvas de acidentados do trabalho e aposentados até 20 de março de 1997 e seus respectivos dependentes legais, desde então, o plano de saúde não permite a inclusão de novos beneficiários. O Plano é patrocinado pela CSN e administrado pela Caixa Beneficente dos Empregados da Cia. Siderúrgica Nacional - CBS.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Valor presente das obrigações	576.480	473.966
Passivo	576.480	473.966

A conciliação dos passivos dos benefícios de saúde é apresentada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Passivo atuarial no início do exercício	473.966	547.652
Custo do serviço corrente	53.707	49.164
Contribuições da patrimonial verdadeiras no exercício anterior	(46.191)	(34.691)
Reconhecimento do (ganho)/perda do ano	94.998	(88.159)
Passivo atuarial no final do exercício	576.480	473.966

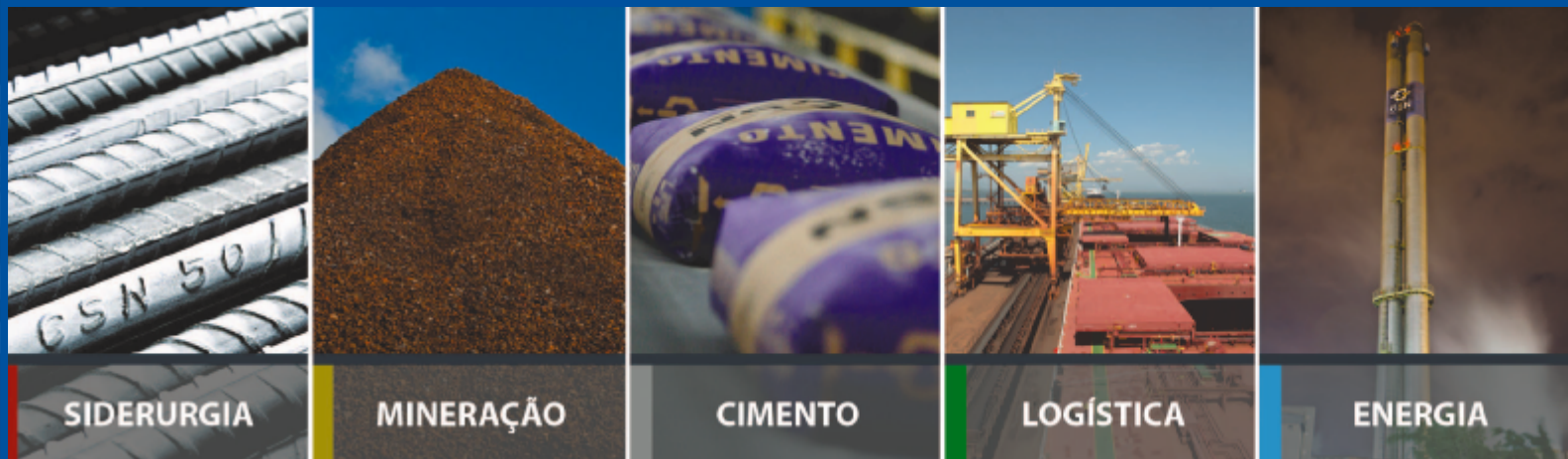
Para o plano de benefício de saúde - pós-emprego, a despesa em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 54.319 (R\$ 55.720 em 31 de dezembro de 2013).

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
(Ganho)/Perda atuarial na obrigação	94.998	(88.159)
(Ganho)/Perda reconhecida no patrimônio líquido	94.998	(88.159)

O histórico de ganhos e perdas atuariais são os seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente da obrigação de benefício definido	576.480	473.966	547.652	457.377	367.839
Déficit/(Superávit)	576.480	473.966	547.652	457.377	367.839
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	94.998	(88.159)	77.182	84.575	48.3



Companhia Siderúrgica Nacional

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. COMPROMISSOS

27.a) Contratos "take-or-pay"

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia possuía contratos de "take-or-pay", conforme demonstrado no quadro abaixo:

Table with columns: Natureza do serviço, Pagamentos no período (2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018), Após 2018, Total. Rows include Transporte de minério de ferro, Serviços de descarga, Fornecimento de energia, Beneficiamento de lama, etc.

27.b) Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referente a concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2014, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Table with columns: Empresa, Concessão, Natureza do serviço, 2015, 2016, 2017, 2018, Após 2018, Total. Rows include MRS, FTL (Ferrovia Transnordestina Logística), Tecar, Tecon.

27.c) Projetos e outros compromissos

Siderurgia - Aços planos e longos

A CSN pretende produzir 500.000 toneladas a.a. de produtos de aços longos, projetando-se 400.000 ton/ano de vergalhão e 100.000 ton/ano de fio-máquina. As instalações utilizarão sucata e gusa como principais matérias-primas.

Projeto de minério de ferro

O plano de expansão projeta produzir 89 Mtpa de produtos de minério de ferro e capacidade portuária de 84 Mtpa no TECAR. Em uma primeira fase, a CSN projeta produzir até 66 Mtpa de minério de ferro e investe na expansão da capacidade do porto marítimo em Itaguaí, ou TECAR, para um patamar de 60 Mtpa. As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR.

As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR cujo prazo do contrato de concessão é de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos. Na extinção da concessão, retornarão à CDRJ (Companhia Docas do Rio de Janeiro) todos os direitos e privilégios transferidos à CSN, junto com os bens de posse da CSN e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela CDRJ por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.

Projeto Transnordestina

O Projeto Transnordestina inclui 1.728 km adicionais de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. O projeto apresenta-se com evolução de 45% o qual esta previsto para ser concluído em 2017. A Companhia espera que os investimentos permitam à Transnordestina Logística S.A. aumentar o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis.

As fontes de financiamento do projeto são: (i) financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/FNE e BNDES, (ii) debêntures de emissão do FDNE, (iii) contratos de uso da Via Permanente e (iv) participação em capital da CSN e acionistas públicos. O investimento aprovado para a obra é de R\$ 7.542.000, sendo que o saldo de recursos a desembolsar será atualizado pelo IPCA a partir da data base abril de 2012. Caso sejam necessários recursos adicionais, serão viabilizados pela CSN e/ou terceiros por intermédio da celebração de Contratos de Uso da Via Permanente.

O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, estando em fase de análise pelos órgãos responsáveis, onde estima-se um novo valor de orçamento composto da seguinte forma: Missão Velha - Salgueiro montante de R\$ 0,4 bilhão, Salgueiro - Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade - Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha - Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro - Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões.

A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 50,97% das debêntures de emissão do FDNE (considera 48,47% de garantia corporativa, 1,25% de carta fiança para o BNB e 1,25% de garantia corporativa para o BNB). Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal nº 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, 50% das debêntures deverão ser convertidas em aumento de capital da TLSA.

Expansão Cimentos Sudeste

Em adição à produção atual de aproximadamente 2,4 Mtpa na Unidade Presidente Vargas no Rio de Janeiro, a CSN planeja uma expansão da operação de cimentos para 5,4 Mtpa, sendo que esse volume adicional de 3 Mtpa será obtido através da instalação de um planta integrada com moino de cimentos e forno de clínquer, no Estado de Minas Gerais, onde a empresa já opera um forno de clínquer utilizando calcário de mina própria. A empresa avalia oportunidades de crescimento em outras regiões.

Contratos de longo prazo com Namisa

A Companhia celebrou contratos de longo prazo com a Namisa, para prestação de serviços de operação portuária e fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) da mina Casa de Pedra, conforme descrito a seguir:

i. Contrato de serviço de operação portuária

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato para a prestação de serviços portuários para a Namisa, por prazo de 34 anos, que consiste em receber, manusear, estocar e embarcar minério de ferro da Namisa em volumes anuais que variam de 18,0 a 39,0 milhões de toneladas. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 5,3 bilhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos serviços a serem prestados sob este contrato. O valor desses serviços portuários é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

ii. ROM de alta sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de alta sílica para a Namisa, por prazo de 30 anos, em volumes que variam de 42,0 a 54,0 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 1,6 bilhão como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

iii. ROM de baixa sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de baixa sílica para a Namisa, por prazo de 35 anos, em volumes que variam de 2,8 a 5,04 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 424 milhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

28. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Responsabilidade Civil Transportador, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro

de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Diversos, Crédito a Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Em 2014, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de setembro de 2014 a 30 de Setembro de 2015. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$ 600 milhões e cobre as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, Mineração Casa de Pedra, CSN Paraná, Terminal de cargas Tecar, Terminal Tecon, Namisa, CSN Handel e Namisa Handel. A CSN se responsabiliza pela primeira faixa de retenção de US\$ 375 milhões em excesso às franquias de danos materiais e lucros cessantes. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

29. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

Table with columns: 31/12/2014, Consolidado 31/12/2013, 31/12/2014, Controladora 31/12/2013. Rows include Imposto de renda e contribuição social pagos, Adição ao imobilizado com capitalização de juros, Redução de capital sem efeito caixa, etc.

30. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Table with columns: 31/12/2014, Consolidado 31/12/2013, 31/12/2014, Controladora 31/12/2013. Rows include (Prejuízo)/Lucro líquido do exercício, Outros Resultados abrangentes, Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado, etc.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Debêntures

Em janeiro de 2015, a Companhia emitiu 10.000 debêntures, em série única, quirografárias e não conversíveis, ao valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 100.000, com juros remuneratórios de 113,70% a.a. do CDI Cetip, com vencimento final em janeiro de 2022, com opção de resgate antecipado.

Aquisição facultativa parcial da sexta emissão

Em janeiro de 2015, a Companhia realizou aquisições facultativas de debêntures da 1ª série de sua Sexta Emissão, totalizando a aquisição facultativa de 60.000 de debêntures, pelo seu valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios acumulados, desde a última data de pagamento de juros até a data da respectiva aquisição facultativa. As debêntures objeto da aquisição facultativa permanecem em tesouraria.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BENJAMIN STEINBRUCH
Presidente

Conselheiros

ANTÔNIO FRANCISCO DOS SANTOS

FERNANDO PERRONE

YOSHIAKI NAKANO

ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA

LUIS FELIX CARDAMONE NETO

DIRETORIA

BENJAMIN STEINBRUCH
Diretor Presidente

ENÉAS GARCIA DINIZ
Diretor Executivo

LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ
Diretor Executivo

DAVID MOISE SALAMA
Diretor Executivo de Relações com Investidores

GUSTAVO HENRIQUE SANTOS DE SOUSA
Diretor Executivo

COMITÊ DE AUDITORIA

FERNANDO PERRONE
ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA

YOSHIAKI NAKANO

CONTADORES

ROGERIO LEME BORGES DOS SANTOS
Diretor de Controladoria

Contador - CRC 1SP174860/O-2

JOÃO LAURIANO BERNARDO
Gerente de Contabilidade Geral

Contador - CRC 1SP123598/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Companhia Siderúrgica Nacional
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Siderúrgica Nacional ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelo controle interno que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles

internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Siderúrgica Nacional em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de março de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Roberto Wagner Provenzio

Contador

CRC nº 1 SP 088438/O-9

